

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL - ICHPO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL - PPGE

LUIZA ARAÚJO

TERRITÓRIO NEGRO, ESPAÇO BRANCO: ancestralidade, relações de poder, espaço urbano e Congada em Ituiutaba–MG

Ituiutaba

2025

LUIZA ARAÚJO

TERRITÓRIO NEGRO, ESPAÇO BRANCO: ancestralidade, relações de poder, espaço urbano e Congada em Ituiutaba–MG

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) na área de concentração: Produção do Espaço e dinâmica ambientais, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO).

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientador (a): Antônio de Oliveira Junior

Ituiutaba

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A663t Araújo, Luiza, 1993-
2025 Território negro, espaço branco [recurso eletrônico] : ancestralidade,
relações de poder, espaço urbano e Congada em Ituiutaba-MG / Luiza
Araújo. - 2025.

Orientador: Antonio de Oliveira Junior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5146>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Oliveira Junior, Antonio de, 1964-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Geografia do Pontal. III. Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Pontal
Rua Vinte, 1600, Bloco D, Sala 300 - Bairro Tupã, Uberlândia-MG, CEP 38304-402
Telefone: (34) 3271-5305/5306 - www.ppgep.ich.ufu.br - ppgep@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal - PPGEp				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico				
Data:	24/02/2025	Hora de início:	08:00	Hora de encerramento:	10:20
Matrícula do Discente:	22312GEO009				
Nome do Discente:	Luiz Gustavo de Souza Araújo				
Título do Trabalho:	TERRITÓRIO NEGRO, ESPAÇO BRANCO: ancestralidade, relações de poder, espaço urbano e Congada em Ituiutaba-MG				
Área de concentração:	Produção do espaço e dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dinâmicas territoriais e produção do espaço				

Reuniu-se de forma híbrida, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Professores Doutores: Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini (PPGEP/UFU), Profa. Dra. Josy Dayanny Alves Souza (Instituto Federal Do Norte de Minas Gerais-MG), de forma remota, Prof. Dr. Antonio de Oliveira Junior, orientador da candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Antonio de Oliveira Junior orientador, apresentou a Comissão Examinadora a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Josy Dayanny Alves Souza, Usuário Externo**, em 25/02/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelica de Oliveira Magrini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/02/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio de Oliveira Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/02/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6130483** e o código CRC **708D641C**.

Referência: Processo nº 23117.011419/2025-41

SEI nº 6130483

Resumo

Este trabalho analisa a Congada como um dos principais movimentos culturais de Ituiutaba, com mais de setenta anos de história, segundo registros da Irmandade de São Benedito. A pesquisa tem como foco a espacialização dessa manifestação cultural e religiosa, bem como as relações de poder envolvidas nas dinâmicas urbanas em que se insere. A partir de uma perspectiva geográfica crítica, busca-se compreender como os grupos congadeiros se territorializam e como dialogam com as instâncias do poder público para garantir a continuidade de suas práticas. A Congada constitui uma dinâmica significativa de cultura e territorialidade, sendo essencial sua análise diante dos processos contemporâneos de exclusão, segregação e violência, que afetam especialmente corpos e culturas não brancas e não heteronormativas. O estudo propõe uma leitura crítica das relações entre cultura popular, espaço urbano e poder, respondendo a demandas sociais e acadêmicas no contexto da produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Congada. Territorialidade. Cultura popular. Poder. Geografia crítica.

Resumen

Este estudio examina la Congada como uno de los principales movimientos culturales en Ituiutaba, con más de setenta años de historia según los registros de la Hermandad de San Benito. La investigación se centra en la espacialización de esta manifestación cultural y religiosa, así como en las relaciones de poder implicadas en las dinámicas urbanas donde se inserta. Desde una perspectiva geográfica crítica, se busca comprender cómo los grupos congaderos se territorializan y cómo establecen diálogos con las instancias del poder público para asegurar la continuidad de sus prácticas. La Congada constituye una dinámica significativa de cultura y territorialidad, lo que hace imprescindible su análisis frente a procesos contemporáneos de exclusión, segregación y violencia que afectan especialmente a cuerpos y culturas no blancas y no heteronormativas. Este trabajo propone una lectura crítica de las relaciones entre cultura popular, espacio urbano y poder, respondiendo a demandas tanto sociales como académicas en el contexto de la producción del espacio urbano.

Palabras clave: Congada. Territorialidad. Cultura popular. Poder. Geografía crítica.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a todos os ternos de Congada que abriram suas portas para que pudéssemos manter os muitos contatos ao longo da vida e deste trabalho, agradeço as Matriarcas e Capitães de Terno por subsidiar os diálogos aqui presentes. Agradeço a CAPES, a agência de fomento responsável pelo amparo financeiro que possibilitou a realização deste trabalho, bem como o Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal por todo o empenho, cuidado e zelo com a pesquisa e com seus pesquisadores. Agradeço também as poucas pessoas, contribuintes diretas da realização desta pesquisa, agradeço aos amigos e demais pessoas da minha rede de apoio, pelas conversas, desabafos, construções de perspectivas, entre outros. Agradecimentos especiais aos amigos professor doutorando Juliano Henrique Xavier Cavalcanti pelas incontáveis discussões geográficas acerca da produção espacial das cidades médias e dos variados grupos culturais estabelecidos; professor mestrando Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira pelas incansáveis discussões sobre as melhores metodologias para contemplar o tema de pesquisa; ao amigo e advogado Dr. Fabiano Nogueira do Nascimento por todo o cuidado jurídico e pessoal ao longo dos últimos anos; ao amigo Francis Persi Muniz que por vezes cuidou do lazer de qualidade, não deixando com que as muitas responsabilidades fossem fator de desistência ou esmorecimento; ao amigo Joseph Roberto da Silva pelo apoio de todos os dias, na logística, no bom café e no apoio moral. Agradeço a meu grupo de apoio na universidade Federal de Uberlândia, Jonatas Augusto, Ardnaxela Lino, Joseph Lincoln e a professora mestranda Lorrayne Terreza. Abraços excepcionais às minhas amigas Branca Maria Vieira Gomes e a professora mestranda Marina Gomes, que perderam seu pai durante o tempo desta pesquisa, todo meu respeito e admiração pela trajetória de seu pai. Agradeço ao meu orientador Antônio de Oliveira Junior por aceitar orientar esta pesquisa. Agradeço a banca de avaliação deste trabalho, as professoras doutoras Josy Dayanny Alves Souza e Maria Angélica Magrini por todas as contribuições feitas na banca de qualificação e durante o processo final da redação deste trabalho. Agradeço à professora doutora Denise Labrea Ferreira, fonte de inspiração para a discussão deste trabalho numa perspectiva institucional e do planejamento urbano, sem secundarizar as culturas e tradições do espaço das cidades. Agradecimentos a todos os professores que de alguma forma contribuíram para este momento. Agradeço a minha família de modo geral, sobretudo a imagem imortal de minha avó, Olímpia Barbosa de Souza que me acompanha e me conforta todos os dias.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

É PRECISO ENTENDER: POR QUE CONGADA?	13
1.1. Congada: caminhos da cultura afro-brasileira	13

CAPÍTULO 2

CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E ESPAÇO GEOGRÁFICO	23
2.1. Dinâmicas socioespaciais e a Congada	23
2.2. O Plano Diretor Urbano e suas diretrizes socioespaciais: uma análise geográfica a partir de sua instituição na década de 1970 em Ituiutaba-MG	29
2.3. Identificação e mapeamento dos Ternos de Congada em Ituiutaba-MG	33
2.4. Saberes dos Ternos de Congada local	37
2.5. Espacialização dos Ternos de Congada na malha urbana de Ituiutaba-MG	41
2.6. Registros da Congada em sua dimensão pública	48

CAPÍTULO 3

RACISMO INSTITUCIONAL E ESPAÇO URBANO	56
3.1. Desafios e possibilidades da Congada no tempo-espço contemporâneo de Ituiutaba-MG	56
3.2. Visita e análise espacial na festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	71
3.3. Observação e análise: uso da Praça 13 de Maio no primeiro feriado da Consciência Negra em Ituiutaba-MG	79

CAPÍTULO 4

RELATÓRIO DE CAMPO: CONGADAS, DIÁLOGOS E ESPAÇOS	81
4.1. Imagens e aproximações de campo	91

CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	108
-------------------	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da área urbana de Ituiutaba-MG	18
Figura 2 – Espacialização dos Ternos de Congada em Ituiutaba-MG/2023	42
Figura 3 – Atual situação estrutural do Palmeira Clube	44
Figura 4 – Reunião dos trabalhos realizados pela Irmandade de São Benedito	45
Figura 5 – Igreja de São Benedito	46
Figura 6 – Fundação Municipal Zumbi dos Palmares	47
Figura 7 – Moçambique Camisa Rosa em momento de apresentação na Praça 13 de Maio	48
Figura 8 – Moçambique Camisa Rosa em momento de apresentação na Praça 13 de Maio	49
Figura 9 – Congo Camisa Verde em momento de concentração na Igreja de São Benedito	49
Figura 10 – Congo Camisa Verde em momento de concentração na Igreja de São Benedito	50
Figura 11 – Reverência ao Reinado Perpétuo	50
Figura 12 – Ternos Libertação e Filhos da Luz no momento de apresentação	51
Figura 13 – Ternos Libertação e Filhos da Luz no momento de apresentação	52
Figura 14 – Momento de apresentação do Terno Raízes de São Benedito	52
Figura 15 – Momento de apresentação do Terno Raízes de São Benedito	53
Figura 16 – Chegada dos Ternos na Igreja de Nossa Senhora Abadia	54
Figura 17 – Momento de chegada dos Ternos na Igreja de Nossa Senhora Abadia	55
Figura 18 – Festa da Congada em Ituiutaba-MG	72
Figura 19 – Preparação dos Ternos para apresentação na Festa da Congada	73
Figura 20 – Territorialização da Festa da Congada em Ituiutaba-MG	77
Figura 21 – Uso da Praça 13 de Maio no 20 de novembro	79
Figura 22 – Uso da Praça 13 de Maio no 20 de novembro	80
Figura 23 – Uso da Praça 13 de Maio no 20 de novembro	80
Figura 24 – Momento de devoção à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	92
Figura 25 – Momento de devoção à São Benedito	93
Figura 26 – Momento de devoção à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	94
Figura 27 – Momento de gravação de documentário no interior da Fundação M. Zumbi dos Palmares	95
Figura 28 – Fachada da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares	96
Figura 29 – Reunião no interior da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares	96
Figura 30 – Concentração do Congo da Libertação	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro-síntese dos Ternos de Congada de Ituiutaba-MG	37
Quadro 2. Ano de criação das principais instituições ligadas a Congada em Ituiutaba-MG	43
Quadro 3. Registro Municipal de Tombamentos referentes à preservação da memória Afro-brasileira local	66

INTRODUÇÃO

A Congada é um dos maiores movimentos culturais de Ituiutaba e de sua mesorregião imediata. A Congada tem, segundo registros da Irmandade de São Benedito mais de 70 anos de história e prática (em Ituiutaba) da tradicional festa em comemoração ao 13 de maio. Diante deste fato, a importância deste trabalho consiste na análise da espacialização deste fenômeno, bem como nas relações de poder estabelecidas nestas dinâmicas urbanas. A importância deste estudo configura-se na necessidade do entendimento da configuração espacial pela ótica da ciência geográfica em contato direto com os agentes produtores da cultura étnica.

O trabalho justifica-se pela importância de analisar-se processos espaciais diversos produzidos por importantes grupos de atuação no espaço da cidade. O grupo associado à congada produz uma dinâmica significativa nos campos da cultura e territorialidade. Deste modo, o estudo produzido acerca desta dinâmica é uma demanda social e acadêmica, porque necessita de modo contextualizado uma análise dos espaços estabelecidos pelas relações de poder. A demanda da compreensão das dinâmicas do espaço da cidade é um anseio coletivo, pois cada vez mais é perceptível os processos de exclusão, segregação e violências no campo material e imaterial, principalmente de culturas e corpos não brancos e não heteronormativos.

Na prática, esta pesquisa tem em vista entender como uma expressão cultural e religiosa com mais de meio século de história relaciona-se com os espaços urbanos, como estes grupos espacializam-se e dialogam com as instâncias do poder político administrativo (gestão pública) para a continuidade de suas práticas? Como os Ternos de Congada se percebem na produção de territórios no espaço urbano?

Para pensar o movimento Congadeiro enquanto geógrafa, foi necessário entender que este movimento está presente de variadas formas no cotidiano da cidade em questão, seja no dia festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, seja nos leilões dos Ternos, na reza do Terço, na política entre outros. De variadas formas, inserido no cotidiano do urbano, é inegável que exerça influências na sociedade local e tensionamentos no espaço. A motivação no olhar para estas dinâmicas é resultado de um processo de entender-me negra e geógrafa, pois olhar a produção da cidade na perspectiva da Congada é assumir sua importância, não apenas na cultura de modo geral, mas no todo do urbano. Desse modo, os tensionamentos socioespaciais vão na contramão da hegemonia estabelecida pelo poder, e o entendimento desta relação é o ponto de intersecção deste trabalho.

Dados os primeiros passos em direção a algumas considerações ao movimento da Congada local, as perguntas centrais deste trabalho se dão no campo da necessidade da compreensão de como este movimento como mais de meio século entende-se na produção do espaço da cidade? Como estas relações sociais e políticas quase centenárias são estabelecidas? Quais são as metodologias da Congada para estabelecer suas espacialidades e territórios? Como a geografia pode contribuir para um espaço urbano mais democrático e seguro para grupos étnicos e formatos culturais não brancos?

A problematização desta pesquisa se estabelece a partir da necessidade de compreender como o movimento cultural da Congada, com mais de 70 anos de história em Ituiutaba-MG, se insere e influencia a organização do espaço urbano. A Congada, como uma expressão cultural afro-brasileira, não apenas reflete tradições religiosas e festivas, mas também produz territórios e dinâmicas socioespaciais que tensionam as estruturas de poder vigentes na cidade.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de investigar como os Ternos de Congada se espacializam na cidade e como suas práticas interagem com o poder político-administrativo local. Em um contexto urbano marcado por processos de exclusão e segregação, especialmente de culturas e corpos não brancos, é essencial entender de que maneira essas expressões culturais resistem e se afirmam no espaço público, criando territórios de identidade e pertencimento.

A problemática central da pesquisa questiona como a Congada, enquanto movimento cultural e religioso, se relaciona com o espaço urbano de Ituiutaba e como suas práticas são capazes de desafiar ou reforçar as relações de poder estabelecidas na cidade. Além disso, a pesquisa busca compreender como esses grupos utilizam suas metodologias culturais para estabelecer espacialidades próprias, em um cenário onde a hegemonia cultural e política tende a marginalizar manifestações étnicas não brancas.

Ao investigar essas questões, a pesquisa pretende oferecer uma análise sobre as formas de resistência e transformação que a Congada pode promover no espaço urbano, e de que maneira essas dinâmicas contribuem para a construção de um espaço mais democrático e inclusivo. Assim, a pesquisa se coloca como uma contribuição tanto para a academia quanto para a sociedade, ao buscar entender como a geografia pode contribuir para produzir cidades mais justas e seguras para todos os grupos étnicos e culturais.

A inserção do conceito de racismo institucional amplia ainda mais a compreensão das dinâmicas enfrentadas pela Congada em Ituiutaba, pois envolve as barreiras e obstáculos sistemáticos que as instituições públicas e privadas impõem a grupos étnicos não brancos. O

racismo institucional refere-se às práticas discriminatórias incorporadas nas estruturas organizacionais, que operam de maneira sutil, mas eficaz, na exclusão e marginalização de minorias raciais. Ao considerar esse conceito, é possível problematizar como as políticas urbanas, culturais e de gestão do espaço público podem perpetuar a invisibilidade ou a desvalorização de expressões culturais como a Congada.

A relação entre os Ternos de Congada e o poder político-administrativo local deve ser analisada à luz de como o racismo institucional molda as decisões sobre o uso e ocupação dos espaços urbanos. Frequentemente, manifestações culturais afro-brasileiras enfrentam dificuldades em acessar infraestrutura adequada, recursos públicos ou até mesmo o reconhecimento formal de suas práticas. Esse tipo de exclusão não ocorre apenas de maneira explícita, mas é reforçado por políticas que, conscientemente ou não, priorizam manifestações culturais eurocêtricas, relegando as tradições afrodescendentes a uma posição de marginalidade.

Além disso, a pesquisa sobre a Congada em Ituiutaba permite observar como o racismo institucional impacta a produção e a continuidade de ocupação de territórios e espacialidades ligados à cultura negra. Os territórios criados pelos Ternos de Congada não são apenas simbólicos, mas representam formas de resistência contra o controle institucional sobre o uso do espaço urbano. A pesquisa questiona, assim, como as instituições lidam com esses territórios afrodescendentes e se existe um espaço de diálogo entre as demandas da Congada e as políticas públicas urbanas.

Outro ponto central da análise é o estudo das barreiras impostas pela institucionalidade racista na continuidade dessas práticas. A dificuldade em obter apoios institucionais, reconhecimento oficial ou permissão para o uso de espaços públicos para festividades como a Congada pode ser vista como uma manifestação concreta do racismo institucional. Ao investigar as interações entre a Congada e o poder político, a pesquisa busca revelar como as práticas de exclusão operam nos bastidores das decisões administrativas, o que torna ainda mais urgente a compreensão e a problematização dessas relações.

Finalmente, ao conectar o racismo institucional com a organização do espaço urbano, a pesquisa ressalta a importância de promover mudanças estruturais que assegurem a inclusão e permanência de práticas culturais afro-brasileiras nas políticas públicas e na vida urbana. A geografia, ao focar nas dinâmicas espaciais e territoriais, oferece ferramentas para identificar e desafiar as práticas discriminatórias embutidas nas instituições. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de estratégias que possam combater o racismo institucional

e criar um espaço urbano mais equitativo, onde manifestações culturais afro-brasileiras, como a Congada, sejam reconhecidas e valorizadas em sua totalidade.

OBJETIVO GERAL

Analisar relações de poder e as espacialidades produzidas no espaço urbano pelo movimento da Congada em Ituiutaba–MG.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Discutir as dinâmicas espaciais e históricas da Congada em Ituiutaba–MG;
2. Identificar e mapear os Ternos de Congada e suas dinâmicas socioespaciais em Ituiutaba–MG;
3. Analisar as relações de poder estabelecidas em Ituiutaba–MG com foco na expressão cultural da Congada.

METODOLOGIA

Essa pesquisa que tem como objetivo analisar relações de poder e as espacialidades produzidas no espaço urbano pelo movimento da Congada em Ituiutaba–MG foi estruturada em 3 fases de desenvolvimento metodológico: a) Revisão Bibliográfica; b) Pesquisa de campo com Observação Participante; e, c) Análise e Redação final da Dissertação.

a)Revisão Bibliográfica

Com a revisão bibliográfica tendo em vista estabelecer uma base teórica expressiva para compreender a Congada e suas relações com o espaço urbano de Ituiutaba, a partir da entrada no contexto histórico, das dinâmicas espaciais e as influências culturais envolvidas na prática da Congada no município, para isso, a primeira fase da revisão envolveu a análise de obras que abordam a Congada de forma geral, considerando sua origem, desenvolvimento e impacto cultural. A segunda fase analisará a Congada especificamente em Ituiutaba, para entender as particularidades locais. O levantamento e leitura da bibliografia norteadora foi dividido em duas partes: na primeira etapa uma perspectiva geral sobre a Congada, na seguinte em uma perspectiva escalar ampliada; a partir das seguintes referências: (Brasileiro, 2001), (Ratts,

2014), (Katrib, 2012). As análises pertinentes às questões do espaço produzido pela Congada serão baseadas nos pressupostos de Ratts (2014): a) Festas Populares; b) Expressão Cultural; c) Catolicismo Negro; d) Irmandades e Reinados, pensando nas contribuições (ou não) de indivíduos ou de grupos culturais é necessário antes de mais nada elencar também algumas ferramentas (institucionais) de construção ou de instruções que busquem auxiliar, ou de fato condicionar a produção dos espaços urbanos.

b) Pesquisa de Campo

Com base nas concepções de Minayo (2010), que considera o ambiente natural como fonte direta para coleta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental para a compreensão de um conjunto de diferentes métodos na interpretação das ciências sociais. É de suma importância o enfoque na festa da Congada, base para analisar quais caminhos são entendidos como sendo o de perpetuação da Congada em contraste com o urbano.

a) Análise e Redação Final da Dissertação

Integração e análise dos dados e informações coletados para produzir uma dissertação que representa a interação entre a Congada e o espaço urbano de Ituiutaba, com foco nas dinâmicas de poder e nas implicações culturais. Para esta etapa será realizada a transcrição das entrevistas de maneira alinhada com as teorias discutidas na revisão bibliográfica. E por fim, a produção da redação final visa articular os resultados encontrados com as discussões apresentadas e destaque das contribuições para a compreensão das práticas culturais e suas relações com o espaço urbano. Contribui com essa etapa do trabalho Marconi e Lakatos (2003), pois me auxilia na análise e interpretação da realidade da Congada, suas ancestralidades e memórias, buscando uma visão que contemple suas territorialidades, aproximando o tema de pesquisa à realidade. A realização desta etapa foi construída considerando o amplo acervo bibliográfico de pesquisas com a temática referida.

Prólogo

A pesquisa se dá num campo de inquietações socioespaciais em relação ao movimento cultural da Congada, que tem suas bases nas relações interculturais iniciadas no processo de sequestro, migração forçada e escravização de pessoas negras oriundas do continente africano. O prólogo deste trabalho é fundamental para o leitor, ao tratar do como a autora se insere no universo da pesquisa e questiona-se em relação àquilo que é tomado como trâmites administrativos na manutenção e preservação do patrimônio material, imaterial da cultura afrobrasileira em Ituiutaba–MG. Estas inquietações são o resultado de dinâmicas individuais e com demandas coletivas. A “Congada” chegou de maneira natural em minhas vivências, minha luta social até aquele momento era “outra” por uma definição social e às vezes por um entendimento antropológico/sociológico errôneo, que nos divide por uma questão de demandas inerentes a grupos específicos. Antes do contato profissional com este movimento, estive como integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) com vínculo institucional na Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. Esta aproximação me permitiu interagir com ferramentas de acesso a jovens negros e periféricos de Ituiutaba e região. Às ações afirmativas, juntamente às discussões propostas pelo Núcleo, foram alicerces não para respostas, mas para grandes perguntas que dariam origem a este trabalho. No quesito individual é realizado por esta pesquisadora, mas reafirma uma intencionalidade coletiva. Durante o ano de 2022, tive a oportunidade de vivenciar esta expressão cultural de maneira profissional vinculada à Fundação Municipal Zumbi dos Palmares como auxiliar administrativa e proponente de projetos para este segmento social. Esta experiência que antecedeu meu vínculo institucional com a pesquisa fomentou alguns questionamentos no que tange aspectos espaciais, bem como a dimensão do vivido pelos congadeiros na cidade de Ituiutaba, e em relação a como estes espaços são produzidos e mantidos ao longo do tempo. Vinda do movimento gay tradicional, migrei para estudos dos territórios de prostituição com foco na população travesti e transexual negra, entendi que questões atreladas a raça e cultura são partes fundamentais das análises sociais de produção e ou reprodução de pensamentos e práticas que se perpetuam individual e coletivamente no espaço urbano. Tais 16 contradições cristalizam-se tornando os espaços mais ou menos acessíveis a alguns indivíduos ou grupos considerados minorias sociais, ou culturais.

No que se refere a academia posso falar do acesso a outras experiências teórico-metodológicas, sobre conhecer professores com perspectivas novas que me fizeram

tensionar questões cristalizadas no processo de graduação, mas também pude constatar como este é um processo, por vezes, solitário e independente. As experiências se dão em muitas direções, aquelas relacionadas a um conhecimento específico, outras no campo das relações interpessoais, aprender a ocupar o espaço acadêmico de formas diferentes daquelas construídas na graduação, de uma maneira que fique demarcada a relação material e imaterial dessa ocupação. A Pós-Graduação me conduz para uma solidão intelectual que se reflete em muitos conflitos travados no dia a dia. Entretanto, a busca por respostas é um movimento contínuo que conduz os passos na direção do tema de pesquisa. Quanto de interesse é necessário para te impulsionar para o mistério das perguntas? Quanta energia é necessária para acender as interrogações mais profundas de uma curiosa com alcinha de pesquisadora? Ou vice-versa. O caminho não é certo, certo é a fome de respostas, dos porquês. Certa é a jornada daqueles que se entregam de maneira inteira, persistente, com uma certa devoção na corrida e nos encontros. Sorte daqueles que podem deixar uma contribuição (ainda que sutil) como tributo à ciência geográfica. A escrita poética resulta dos caminhos percorridos até aqui e das sensações despertadas por esse processo duro, silencioso e apaixonante. Os programas de Pós-Graduação oferecem disciplinas que, geralmente, estão associadas a projetos e pesquisas realizadas pelo docente, nesse sentido, a entrada como discente no programa costuma estar associada a uma dessas áreas de pesquisa, contexto que pode possibilitar a realização de disciplinas com a discussão de temáticas que possam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Essa não é uma regra! No meu caso, algumas disciplinas foram importantes para esse processo, nesse sentido, destaco, como “Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Geografia” contribui para a definição do método, que será o Método Crítico. O resgate conceitual realizado na disciplina produziu os direcionamentos necessários também para a escolha das metodologias, que serão Análise Documental, Observação participante e realização de entrevistas. A disciplina de “métodos” em geografia teve papel fundamental o de retomar os caminhos geográficos, da 13 preservação de conceitos-base para a produção da ciência, nesse sentido, serão discutidos na pesquisa conceitos como: cultura, dinâmica socioespacial, mobilidade urbana, Plano Diretor, Leis complementares e relações de poder. Nesse sentido, com o acréscimo da disciplina de Estágio de Docência, ministrada pela professora Josy Souza, me prepara para a discussão dos métodos e metodologias de ensino em geografia, que visa instrumentalizar os discentes de graduação a como ensinar a ciência geográfica nas salas de aula do ensino básico. Durante este contato pude acompanhar a produção de materiais didáticos e sobretudo a perspectiva de uma reestruturação do currículo de referências bibliográficas da disciplina, onde a inserção de

autores negros, indígenas, LGBT'S e quilombolas foram utilizadas e ampliaram um campo de discussão extremamente necessário em uma perspectiva educacional. A experiência na disciplina de Planejamento Urbano: Mobilidade e espaços públicos possibilitou um contato crítico do como as estruturas da política pública local que adere ou exclui sugestões de um processo de planejamento que almeja uma maior absorção de cidadãos nos processos de pertencimento ao espaço das cidades. O trabalho de campo ofertado na mobilidade e transporte coletivo na cidade de Uberlândia foi fundamental para o entendimento de dinâmicas entre cidades com diferentes contingentes populacionais, ao escancarar mazelas e prepara os profissionais para uma realidade conflitante e desafiadora. A Disciplina de Trabalho e Movimentos Sociais trouxe os principais arranjos sociais vinculados aos processos de trabalho, com alertas sobre as intensas formas de exploração capitalista e da sociedade do consumo. Esta disciplina movimentou-se na direção de construir um olhar crítico sobre o papel da geografia nas relações de trabalho e a sociedade contemporânea. A importância da disciplina de Sistema Terra e Sustentabilidade se dá no campo das diversas discussões sobre utilização dos recursos naturais e de quais classes sociais são de fato utilizados em sua plenitude. A sustentabilidade é de fato uma ação associada à educação popular, no despertar da consciência da finitude dos recursos utilizados indiscriminadamente no Brasil e no mundo. A luta de classes por oportunidades no sistema capitalista de economia diz muito sobre questões de raça, e é sob este pressuposto que direciono minha percepção para uma leitura do fenômeno analisado.

Capítulo 1. É preciso entender: Por que Congada?

Compreendemos que as identidades culturais afro-brasileiras são constantemente construídas a partir de significados e tradições de diversas nações e de variados formatos políticos trazidos principalmente por povos africanos, forçados as travessias no Atlântico no período da escravização. A migração forçada não elimina a subjetividade das pessoas, se por um lado, o deslocamento ocorreu de maneira forçada, por outro, os costumes, tradições e culturas foram reterritorializados em terras brasileiras. A expressão cultural da Congada é a manifestação viva desse fenômeno.

O movimento da Congada, nomeação comumente utilizada por congadeiros da cidade de Ituiutaba, é sem dúvida um dos maiores acontecimentos enquanto cultura há mais de setenta anos. Esta expressão cultural atrai a curiosidade dos não praticantes, produz arrepios de emoção àqueles que conhecem suas dinâmicas e aqueles que a praticam internamente.

Estas afirmações são completamente perceptíveis para aqueles que têm a oportunidade de vivenciar uma festa de louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

A Congada chegou de maneira natural em minhas vivências, o ano era 2022, naquele momento, minha luta social era “outra”, hoje compreendo que, por uma definição antropológica/sociológica equivocada, de fragmentação de demandas e lutas associadas a grupos específicos, com a produção de isolamento de pautas, ignorando a interseccionalidade, Segundo Carla Akotirene (2019) a interseccionalidade define-se enquanto instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, instrumento analítico que também será utilizado para análise do tema de pesquisa.

1.1 Congada: Caminhos da Cultura Afro-brasileira

Compreendemos que as identidades culturais afro-brasileiras são constantemente acrescidas de significados e tradições de diversas nações e de variados formatos políticos trazidos principalmente pelos povos africanos forçados nas travessias do Atlântico no período da escravização. O tráfico de pessoas sequestradas principalmente do continente africano contribuiu para um processo de inserção de novas realidades não somente de indivíduos, mas de culturas, tradições e costumes individuais e coletivos (Gilroy, 2001).

Segundo o Portal Slave Voyages (2021), 5.479.584 pessoas embarcaram do continente africano em direção ao Brasil, sendo que 4.821.126 desembarcaram, o que significa que 658.458 morreram durante as viagens. O site é uma iniciativa digital colaborativa que compila e torna acessíveis ao público registros dos maiores tráficos de pessoas escravizadas da história.

Este processo, que se inicia em cerca de 1531 e finda-se legalmente no Brasil, somente por meio da Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888 (BRASIL, 1888¹), a referência temporal demarca um período de cerca de 350 anos de escravidão ao mesmo tempo, em que situa a existência da população afrodescendente no processo de construção da cultura desse país, com a reprodução de práticas e tradições africanas e com a produção de uma cultura afro-brasileira. Estes povos, na busca pela manutenção de suas identidades culturais, sociais, políticas e religiosas, criaram arranjos sociais histórico-contemporâneos.

¹ Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013%20DE%20MAIO%20DE%201888.&text=A%20Princesa%20Imperial%20Regente%2C%20em.lei%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil.

Dentro deste contexto histórico, nos atentamos aos apontamentos de Carla Akotirene (2019) que reitera o olhar crítico sobre o processo de rapto e escravização dos povos africanos sobretudo na América Latina, e das múltiplas facetas da violência empregada de diferentes formas nos diferentes corpos negros que compunham o cenário escravocrata. Para a autora, as violências se diferenciavam em relação aos corpos de homens e mulheres, e estes agravantes se multiplicavam quando tratava-se por exemplo de homens gays e mulheres lésbicas, onde as violências se intensificaram. Para conceito destes olhares, Akotirene (2019) traz, após aprofundados olhares para as camadas sociais sobrepostas e coordenadas pelo poder majoritariamente branco o conceito de interseccionalidade, que trata de reconhecer os níveis de algum tipo de violência associado às questões de raça, classe, gênero e sexualidade dos indivíduos, e reitera que:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (Akotirene, 2019, p. 3).

Segundo a autora, o feminismo tradicional é ineficaz para a tratativa das experiências vividas por mulheres negras, sobretudo aquelas que acumulam camadas de exclusão fora do padrão eurocêntrico da reprodução social. O olhar de Akotirene (2019) em relação ao apagamento epistêmico de culturas não brancas se faz essencial no desenvolvimento deste trabalho, porque nos conduz na aproximação de conhecimentos não convencionais à academia, e a bases tradicionais da geografia, e ainda possibilita pensar outras formas de conhecer verdades não brancas e não heteronormatizantes.

As questões do feminismo negro são fundamentais para se pensar os formatos de cultura étnica sobreviventes das epistemes da escravidão, sustentadas pelos valores civilizatórios dos homens e mulheres negras e por suas distintas maneiras de transmissão dos conhecimentos orais entre as diversas gerações. É de fato nos quartéis de Congada que estes conhecimentos são transmitidos pelas matriarcas, madrinhas e demais hierarquias internas, valores estes, reconhecidos por meio da Congada Ituiutabana.

Para pensarmos a Congada enquanto resultado de interações sociais, precisamos compreender as dinâmicas associadas à produção da língua e das linguagens como precursoras de um contato não democrático na construção e estruturação do conhecimento

universal entre diferentes etnias, Fanon (2008). Segundo o autor, o negro entende-se em duas dimensões, aquela associada a seus semelhantes e uma que o diferencia do branco, resultado das experiências coloniais, onde o homem negro compulsoriamente acata a construção da diferenciação por cor estabelecida.

E como resultado desta dinâmica está a produção da língua e da linguagem, ou adoção de uma língua ou linguagem que o aproxima do lugar de pertencimento, de demarcar lugar na sociedade, no conhecimento ou minimamente inseri-lo em alguma medida nestas discrepâncias sociais diversas. Ou seja, o homem que possui a linguagem, leva consigo toda a complexidade que isto lhe garante e lhe proporciona.

O autor faz referência aos negros e negras antilhanos que adotaram a língua francesa como oficial, e ainda sim mantiveram seus dialetos originários nas Antilhas, ou seja, esta população compreendeu a necessidade de expressar-se dentro de um contexto branco para conseguirem alcançar um lugar na fala fora de suas individualidades tradicionais. O texto de Fanon (2008) pensado no contexto da congada traz exatamente este conceito, a Congada dialoga fora de suas linguagens tradicionais, de suas crenças originárias, de seus formatos próprios de política para alcançarem um objetivo comum entre todos os Ternos, a continuidade de suas ancestralidades e a perpetuação de suas territorialidades.

A Congada expressa essa cultura afro-brasileira constituída na desterritorialização e na condição intercultural. Paul Gilroy (2001) denomina esse fenômeno como movimento contracultural, ocorrido durante os deslocamentos atlânticos. Conforme o autor, a intervenção social ocorreu em diversas escalas, qualquer manifestação, mesmo aquelas de mínimo contato entre diferentes culturas, modificam o estado do ambiente, bem como suas estruturas sociais e culturais. Essas intervenções de ordem territorial interferem de maneira material e imaterial na dinâmica dos grupos sociais.

As violências físicas, políticas, morais e simbólicas ocorridas durante o tráfico de pessoas também estabeleceu relações em campos significativos, tais como estética e contraestética, relações de pertencimento e não pertencimento. Este movimento faz surgir a ideia de “culturas viajantes”, que foi um instrumento valioso para desagregar as suposições complacentes e irrefletidas a respeito de uma dinâmica histórica cultural sedentária, menos rígida e mais fluida, porque se dá num processo de interação cultural amplo e diverso, e afirma que estes contrastes “caracterizam as aventuras extranacionais e a criatividade intercontinentais. Estes eventos históricos do tráfico transatlântico de escravizados e a subsequente diáspora africana contribuíram significativamente para a evolução e disseminação de uma rica tapeçaria de conhecimentos e práticas culturais. Essas interações,

anteriormente confinadas às fronteiras nacionais dos povos escravizados, se expandiram pós-Atlântico, moldando uma complexa e multidimensional paisagem cultural. Esta nova realidade cultural, forjada sob condições severas e muitas vezes cruéis, fomentou uma integração involuntária e profunda de culturas, conhecimentos e ideologias, manifestando-se em formas diversas e profundamente entrelaçadas de expressão cultural em vários continentes, Gilroy (2001).

Dada a contribuição histórica ao pensamento das dinâmicas culturais externas que provocaram atravessamentos à cultura negra de forma geral, nosso enfoque nas relações afro-brasileiras tem como intuito perceber o fenômeno em uma escala regional e local.

Se antes, estes fenômenos culturais ocorriam em sua maioria no campo, que segundo Katrib (2012), era onde grande parte dos povos escravizados se encontravam e por tanto nestes espaços reproduziam e marcavam historicamente a perpetuação de sua cultura. Hoje, em um tempo presente, estas manifestações ocupam destaque significativo no espaço urbano, com a manifestação da cultura, produção de conhecimentos e manutenção dos saberes cantados e falados, transmitidos entre gerações. Nesse sentido, sobre o espaço de suas representações, Ratts (2014) argumenta que,

É, sobretudo, no espaço público que é expressa toda a significação da festa do rosário e da Congada. Passeiam nas ruas e nelas demonstram que fazem parte de algo grandioso da qual se orgulham, e isto é representado nas músicas nas danças e nas vestimentas. Para os congadeiros, em grande parte negros, estes são os instrumentos que se identificam com sua comunidade. É nas ruas que são realizados os trajetos pelos ternos, durante os dias de festa, como o levantamento do mastro, as procissões e a entrega da coroa. A praça é outro elemento de grande significação para nas congadas. Pois tanto antes ou depois dos trajetos realizados nas ruas é um dos locais de encontro e confraternização. A igreja é o espaço em que os congadeiros demonstram sua devoção aos Santos, tanto pelos congos quanto pelos devotos que da festa participam (Ratts, 2014, p. 7).

A expressão cultural da Congada não se limita apenas aos espaços públicos e quartéis ocupados no período das festividades. A cidade, de modo geral, torna-se palco de relações de luta e resistência cultural afro-brasileira e de diversos outros segmentos sociais de disputa por poder. Ou seja, um espaço conjunto e distinto de indivíduos que experienciam ou não os sentimentos vividos pela cultura congadeira, configura-se num fenômeno sociocultural, instituído para continuidade de suas tradicionalidades.

Os movimentos culturais afro-brasileiros ramificam-se por estados e municípios, evidenciando o fenômeno sociocultural de povos e comunidades como referência de resistência ao apagamento étnico-racial dessas expressões culturais. Na microrregião de Ituiutaba-MG, a Congada, tem como sua principal manifestação a coroação do rei Congo,

realizado em cortejo com passos dançados regidos por cantos e instrumentos sonoros, como expressão de uma ancestralidade que celebra a existência de reis e rainhas africanas.

O município de Ituiutaba (figura 1), localizado no estado de Minas Gerais, com estimativa populacional de 102.217 mil habitantes, tem se destacado como um dos quatro maiores municípios da chamada Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde evidencia-se ainda Uberlândia, com 706.597 mil habitantes, Uberaba, com 340.277 mil habitantes e Araguari, com 118.361 habitantes (IBGE, 2022). Ambas as cidades (Uberlândia, Araguari, Uberaba e Ituiutaba) possuem dinâmicas culturais no que tange os movimentos sociais e culturais, com uma característica em comum, todas elas têm um movimento negro articulado com expressões culturais representativas, com destaque para a Congada.

Figura 1. Mapa de Localização da área Urbana de Ituiutaba-MG



(Fonte: Ferreira Neto, A. M. 2019)

A importância desta discussão se configura nas dinâmicas socioespaciais produzidas pelos Ternos de Congada localizados no município de Ituiutaba, na prática da expressão cultural e religiosa afro-brasileiro. A Congada evidencia a relação estabelecida entre espaço e raça. A espacialidade destas relações é manifestada em diversos momentos durante o ano, no

período da festa, essa representação ganha força material e imaterial na ocupação das ruas, na Praça 13 de Maio e nos Quartéis. Os Ternos de Congada expressam as relações socioculturais estabelecidas com os lugares de culto ao sagrado e na reprodução da cultura afro-brasileira manifestada na Festa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, com a preservação das tradições e perpetuação da ancestralidade congadeira.

O trabalho tem como parte dos objetivos a análise das dinâmicas socioespaciais e as relações de poder estabelecidas no urbano que evidenciam a cultura afro-brasileira da Congada. Nesse sentido, as seguintes indagações resultam de observações realizadas em períodos anteriores à pesquisa, e que neste momento norteiam alguma parcela das questões trazidas por este trabalho. Como se estabelece os deslocamentos dos integrantes dos Ternos de Congada a partir dos quartéis até a Praça 13 de Maio e a Irmandade de São Benedito? Em que medida os congadeiros e congadeiras percebem-se como agentes culturais locais e transformadores do espaço urbano?

De um lado, temos a dimensão privada desta prática, os quartéis. Os quartéis são lugares de organização, convívio, manutenção da ancestralidade e de criação de laços, e que em determinados períodos do ano são abertos para o compartilhamento dos ritos festivos e religiosos que materializam os saberes culturais e sociais da Congada.

Para tanto é necessário compreender que apesar do movimento ser reconhecido nacionalmente, cada “terno” tem sua própria estrutura organizacional, e maneiras particulares de manifestar-se, tanto no íntimo de suas relações internas, quanto em suas manifestações públicas. Em linhas gerais, o movimento cultural da Congada traz nas suas concepções noções de organização própria, baseada em hierarquias particulares estabelecidas e perpetuadas por meio das religiosidades e musicalidades sagradas, mantendo a reprodução de saberes cantados e falados e as múltiplas práticas da oralidade tradicional dos grupos que a praticam.

Para melhor compreensão da disposição geográfica dos grupos associados à prática da Congada mineira, Brasileiro (2001) destaca a dinâmica da exploração na Mesorregião do Alto Paranaíba, com referência a historicidade e abrangência deste fenômeno. O autor aponta dinâmicas econômicas do mercado escravocrata daquele período, porque entende que a necessidade da mão de obra escravizada no interior de Minas Gerais, mais precisamente na região oeste, que eram frequentemente distribuídas para atender as demandas destas localidades. E reitera que,

Por volta de 1853, surge oficialmente documentos a respeito de escravos trabalhadores que já estavam na região desde 1628, a maioria registrada como

garimpeiros. "Havia uma fábrica de ferro, pertencente ao Capo Francisco Mendes de Carvalho com 4 escravos para os trabalhos" (VARGAS, 1995, p.31/34/103). A destruição de documentos - do Município de Rio Paranaíba - existentes no Cartório de Carmo do Paranaíba, pode ter comprometido para sempre, a história dos escravos trabalhadores em garimpos e fazendas do então arraial de São Francisco das Chagas do Campo Grande; esse município oficialmente reconhecido com o nome de Rio Parahyba surge no ano de 1924. Ainda no dia 1 de agosto de 1847, 50 pessoas estavam aptas a votar (Brasileiro, 2001, p. 17).

E ainda,

Eram somente homens que possuíam renda mínima de 200.000 (duzentos mil réis). Entre esses privilegiados sociais, estava Manoel Joaquim Cabral de Melo, que se tomaria Barão de São Francisco. Nesse ano de 1847, já existe evidência concreta do Congado. Eram grupos pequenos, constituídos de oito a doze dançadores, tendo como instrumentos principais, os tambores, reco-reco e pandeiros para os Congos e as caixas, conta de lágrimas e sementes dentro de pequeníssimas cabaças amarradas acima dos tornozelos ou servindo às mãos como chocalhos agitados pelos moçambiqueiros ou ainda os tamborins confeccionados pelos catopês (Brasileiro, 2001, p. 17).

Entender os processos geográficos na espacialização histórica destes grupos é preponderante para compreendermos como as diferentes culturas dos povos raptados se consolidaram no território do Brasil colônia ao longo do tempo histórico e como produziram seus espaços.

Para Brasileiro (2001) algumas dinâmicas observadas no movimento cultural na mesorregião do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, remontam alguns processos históricos da cultura congadeira no que tange suas identidades e religiosidade, o autor reitera que,

A universalidade envolvendo as lendas em torno da imagem de São Benedito, demonstra o quão perfeito foi a sincronia entre os jesuítas e a escravidão no Brasil. Embora forjadas com o intuito de acobertar a forte resistência do negro às correntes coloniais, os mitos ainda permanecem vivos na memória dos congadeiros mais antigos. O imaginário popular fez que através dos tempos, essas histórias fossem adaptadas de acordo com a região e a oralidade do contador. São Benedito, filho de escravos angolanos, nasceu em meados do Século XVI, em San Fratello, Sicília, Itália. No início do século XVII, ainda antes de ser considerado santo, já possuía devotos no Brasil (Brasileiro, 2001, p. 24.).

E complementa o argumento da seguinte maneira,

Na choça o negro escravo entoava seus cânticos de saudade e de revolta. Nos fétidos porões das caravelas assassinas, abarrotadas de seres humanos, só se ouviam silenciosos lamentos feito preces dirigidas a Nossa Senhora pelos que já estavam catequizados em pleno solo africano. Aos outros, de tribos distantes e culturas diferentes, só havia a possibilidade de acreditar espiritualmente na força de seus deuses. Já na praia, açoitados, acorrentados e famintos, vendidos aos lotes pelos traficantes escravocratas, os escravos presenciavam a imagem de Nossa Senhora, a redentora. E os homens brancos com seus instrumentos, não conseguiram retirá-la das águas. Os índios, os caboclos, fracassaram na mesma tentativa de recuperar a imagem sagrada. Quando surgiram os pretos pés descalços, moçambiqueiros que

eram oriundos de Moçambique, seus tristes tambores falantes conseguiram emocionar Nossa Senhora e por isso tomaram-se os seus escoltadores oficiais. (Brasileiro, 2001, p. 24).

O autor descreve o cântico como manifestação de “saudades e revolta”. A saudade representa a necessidade de estar em contato com o pertencimento de seu lugar geográfico, de suas raízes, do contato mais primário e essencial com a “sua terra”, reafirmando o contraste do contato abrupto com culturas antes desconhecidas, chocando-se com sua crença e ancestralidade temporal e espacial. Uma nova terra, com saberes diversos, em contraste com suas bagagens culturais, políticas e de crenças.

Historicamente, a distribuição desta prática cultural em Minas Gerais, especificamente na região do Alto Paranaíba, ocorreu da seguinte maneira, de acordo com Brasileiro (2001),

Os primeiros temos de congado surgiram no distrito de Santa Maria - atual Miraporanga -. Foi de lá que nasceu o moçambique que antes não era aceito no São Pedro do Uberabinha". E continua: "Monte Alegre-MG, Centralina-MG e Itumbiara-Go, foram lugares que tiveram a festa levantada por vovô Paulino Estevão e ele era candieiro de carro de boi sempre disposto a incentivar toda a comunidade negra." Foi também um tempo em que os homens vestiam bonitas roupas confeccionadas manualmente e os generais usavam as espadas reluzentes". E acrescenta: "havia orgulho dos congadeiros em desfilar na frente dos temos. Os mais antigos membros dos festejos, colocavam uma faixa no corpo com o nome da Irmandade do Rosário. Ranulfo finaliza: "uma outra situação muito comum era todos os temos passarem em um benzedor para limpar os dançadores e instrumentos" (Brasileiro, 2001, p. 26).

No fragmento do texto, é perceptível a maneira indissociável entre as manifestações de culto e crença com o movimento em questão, que por sua vez levou sua maneira própria de organizar-se no espaço, adaptando-se, incorporando novas práticas, sem perder sua originalidade e devoção, criando e cristalizando localidades, reproduzindo questões e inquietações das mais variadas amplitudes científicas, desde as relações dinâmicas socioespaciais, bem como das cristalizações produzidas no mais íntimo das relações entre os congadeiros contemporâneos e suas práticas ancestrais.

Para Ratts (2019), o movimento cultural do Congado, fundamenta-se nas mesclas culturais religiosas de cultos ao sagrado africano em face à nova realidade cultural e territorial imposta pelo período de escravidão no continente sul-americano e se reflete no Brasil colonial, o autor explica que,

As festas devotadas a Nossa Senhora do Rosário, promovidas por Reinados e/ou irmandades, com cortejos de congadas, constituem um complexo sistema identificado como catolicismo negro que se estende por uma vasta cartografia e extensão temporal entre os Reinos do Congo e de Portugal, em África, desde o século XV, e o Brasil colonial, desde o século XVII. Na contemporaneidade, com as

denominações de congados, congadas ou congos, têm uma concentração maior em Minas Gerais e também em Goiás e São Paulo (Ratts, 2019, p.1).

Contudo, o movimento congadeiro se estrutura nas relações sociais atuais e passadas, bem como na devoção, amor à sua prática cultural e religiosa. Essa prerrogativa fenomenológica é a porta de entrada para estabelecermos algum contato com as relações socioespaciais deste grupo. Para tanto, entendemos, assim como o autor, que,

Estas expressões culturais têm sido estudadas como “festas populares”, “danças populares” ou mesmo como “catolicismo negro”. No meu entendimento, fazem parte de um complexo sistema social, cultural e espacial, que envolve a experiência negra nas Américas – escravidão, cristianização, mas também o racismo –, a memória de uma experiência africana – a cristianização do reino do Congo e vizinhos, desde o século XV, os reinados africano-descendente no Brasil, e a voz, o texto, a performance, a chamada episteme negro-africana de referência na área Congo-Angola (Ratts, 2019, p. 2).

Na obra “Congadas e Culturas Negras: Canções e Lugares” Ratts (2014) institui uma visão nacional da cultura e tradição, que dialoga com conceitos geográficos culturais, interpretando a produção dos espaços, por meio de suas culturalidades e dinâmicas sociais, reafirmando uma questão central sobre a atuação de forças que produzem e modificam a sociedade, e como isso implica na estruturação espacial dos “quartéis” da Congada e nas práticas culturais privadas e públicas. A partir das colocações de Ratts (2014), podemos atentar para a diversificação de processos oriundos da mesma formatação cultural, que por sua vez se traduz em configurações que permeiam o sagrado e organizações sociais, desde as mais simples até as mais complexas.

Diante do exposto, nosso foco é procurar compreender como se estabelece as espacialidades entre os Ternos de Congada e o processo de espacialização no urbano, para tanto, Ratts (2014) explica que,

Aparece também a “casa do capitão” ou “casa do dono do terno”. É usada como ponto de referência, esta pode ser, de fato, a do capitão ou a de quem seja importante para os ternos. São nestas residências que se realizam os ensaios, e o local em que todos se identificam como parte integrante da comunidade. Também são nestas casas de referência (RODRIGUES, 2008), que são guardados os instrumentos musicais, e as bandeiras (ou estandartes), símbolos representativos de cada terno. É na casa que ocorrem outros momentos de confraternização, específicos de cada terno. (Rodrigues, 2008, p.42).

Para pensarmos o movimento cultural da Congada em Ituiutaba–MG, nos apoiaremos também nas contribuições de Katrib (2012), que propõe uma visão de entendimento do movimento congadeiro por meio de entrevistas de matriarcas e capitães dos ternos que

compõe o movimento na cidade em questão. O autor me auxilia em compreensões pertinentes para uma maior aproximação das realidades destes grupos sociais e suas manifestações no espaço urbano, e esclarece que,

Segundo relatos orais dos congadeiros locais, os festejos em louvor a São Benedito aconteciam em fazendas nos arredores da cidade. Com o devir do tempo, a festa tornou-se conhecida e, após, trazida para a cidade de Ituiutaba. Contudo, o pároco da época não aceitou que os congadeiros adentrassem e permanecessem dentro da Igreja, proibindo a realização da festa no local. Esta proibição se deu sob a alegação de que os congadeiros não seguiam a religião católica, mas sim outras de origem africana (Katrib, 2012, p. 6).

Deste modo a história de grupos sociais são fonte da coleta de dados e informações importantes que absorvemos durante os saberes. Isso nos dá as dimensões de como os saberes passados por gerações se constituem através da educação oral, e como isso é importante para estabelecer relações, no campo simbólico e em sua produção e reprodução espacial.

Capítulo 2. Culturas Afro-Brasileiras e espaço geográfico

Neste capítulo, utilizaremos as bases da ciência geográfica na tentativa de compreender o fenômeno da Congada local de Ituiutaba–MG. Este ensaio busca na espacialização da cidade o entendimento socioespacial desta expressão cultural.

2.1 Dinâmicas socioespaciais e a Congada

Para pensarmos a produção do espaço da cidade, buscaremos nas bases da ciência geográfica elementos capazes de nos direcionar para o foco de nossas indagações compreendendo que os espaços são resultados de correlações que se estabelecem principalmente dentro do formato capitalista de produção social e espacial. Para tanto analisar as considerações de Corrêa (1989) na obra o “Espaço Urbano” nos permitirá contextualizar a condição dos Congadeiros face às dinâmicas de produção estrutural das cidades, e em alguma medida analisar as contradições presentes na realidade da cidade em questão.

O autor define de maneira assertiva os agentes produtores do espaço urbano dentro de uma perspectiva da aculação, entres estes, Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; Os proprietários fundiários; Os promotores imobiliários; O Estado e Os grupos sociais excluídos.

Dentro da perspectiva de Corrêa (1989) a cidade é de criação intencional de quem a produz por meio do poder de acumular, ou seja, quanto maior o processo de acumulação de um grupo ou de um indivíduo, maior seu poder de transformação espacial. Neste sentido, numa escala de possibilidades o Estado enquanto mediador das relações entre exploração/acumulação e a base (explorados) tem a função de garantir um processo harmonioso e sem maiores prejuízos entre as polaridades. Segundo Corrêa (1989) o estado adota as seguintes perspectivas:

d) O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. 4 O Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano. São os seguintes: direito de desapropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle de limitação dos preços das terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infra-estrutura; organização de mecanismos de créditos à habitação; e pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material. (CORRÊA, 1989, p.4).

Ou seja, o estado por meio de uma série de instrumentos institucionais, pode ou não interferir na construção dos espaços, sejam estes espaços industriais, espaços de lazer, de habitação, da pecuária, ou como no caso deste trabalho, espaços de representação cultural associados a grupos étnicos da Congada mineira ituiutabana na manutenção de suas culturas e territorialidades urbanas.

Dentre os grupos de produção do espaço das cidades trazidos por Corrêa, o grupo da Congada ocupa o último lugar no que tange seu poder de produção espacial urbana, ou seja dentro do que ele conceitua como “Grupos sociais excluídos”, segundo ele essa definição trata de compreender o papel destes na constituição espacial das cidades e reitera que:

Os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas. As três primeiras possibilidades habitacionais pressupõem uma vinculação a um agente sem, no entanto, ocasionar transformação da camada populacional excluída em agente modelador do espaço urbano.

E ainda,

É na produção da favela, em terrenos públicos e privados, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores. A ocupação destes terrenos que dão ensejo à criação das favelas é uma forma de resistência à segregação social

e sobrevivência ante a absoluta falta de outros meios habitacionais. Aparentemente desprovida de qualquer elaboração espacial, as favelas acrescentam uma lógica que inclui a proximidade a mercados de trabalho. (CORRÊA, 1989, p.4).

Ou seja, diante do processo de acumulação capitalista os grupos sociais vítimas da exclusão, seja por raça, classe ou gênero ocupa um lugar de mínimo impacto na construção de suas identidades individuais e coletivas no arranjo urbano. Estas considerações nos fazem refletir então sobre como os processos descritos por Corrêa (1989) são atualmente vividos na realidade da cidade de Ituiutaba, e como o Estado, incorporado enquanto Prefeitura Municipal media a relação entre o capital e os grupos sociais excluídos (Congada).

Nos questionamos então sobre como a geografia contemporânea poderia auxiliar na leitura das desigualdades sociais referentes a quaisquer conflitos relacionados ao espaço das cidades. Para tanto traremos as considerações de Souza (2013), que afirma que a cidade, enquanto produto, é o resultado de múltiplas interações e dinâmicas de inclusão e exclusão de sua totalidade. Para Souza (2013),

a organização espacial está sempre mudando. Às vezes mais rapidamente; às vezes mais lentamente. E não apenas mudando: está, também, sendo desafiada em diferentes escalas. Para cada “ordem” sócioespacial aparecerá, mais cedo ou mais tarde, ao menos em uma injusta e heterônoma, um contraprojeto (ou vários contraprojetos concorrentes) que proporá ou pressupõe, explícita ou implicitamente, novas estruturas socioespaciais, para agasalhar novas relações sociais. (SOUZA, 2013, p.38).

Para agregar no espaço novas relações sociais, sejam culturais ou não, a organização espacial urbana encontra-se em constante mudança, com desafios em diferentes escalas, seja na escala da rua, do bairro ou das grandes áreas que estruturam as cidades.

As mudanças podem ou não ser visíveis no espaço, como, por exemplo, na construção de uma rua ou de uma ponte, ou não perceptíveis, ou, no caso do tombamento de um prédio como patrimônio histórico, mas se estabelecem de modo a contemplar o que o autor denomina como “ordens sociais”. Estas ordens surgem do tensionamento social refletido ou cristalizado no espaço urbano, como exemplo “não visível” o estabelecimento de direcionamentos financeiros institucionais para manutenção de formatos que atendam demandas coletivas, seja de cultura ou não.

O tensionamento social coletivo é, entre outros, um proponente de intervenções na malha urbana, provocando reflexões sobre suas legitimidades e identidades por vezes não contempladas nos planos e arranjos institucionais das cidades, Souza (2013).

Segundo Souza (2008), a formação de uma identidade coletiva é amplamente condicionada pelos fatores que definem seu simbolismo e o valor que ela assume para aqueles que dela fazem parte, bem como para aqueles excluídos. Essa construção sempre acontece em um cenário permeado por relações de poder, influenciando tanto a criação da identidade quanto a maneira como ela é compreendida socialmente.

Logo, a identidade individual, em marcadores sociais e culturais coletivos estão atrelados, segundo o autor, num campo de disputa de poder, estas identidades foram constituídas dentro também de ferramentas de exclusão e de divisões de raça, classe social e gênero. Os processos de exclusão do espaço se configuram ou não em uma materialização física na dimensão cultural, político, intelectual, do lazer, entre outros.

As relações de poder estão diretamente ligadas às questões de estruturação histórica social, onde o poder é mantido por indivíduos brancos e/ou por instituições majoritariamente comandadas por outras pessoas brancas, evidenciando o como as relações de produção dos espaços estão diretamente associadas a uma luta de classes, mas sobretudo de raças. Haesbaert (2004) entende que,

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. (Haesbaert, 2004, p. 157, apud Lefebvre, 1986, p. 411-412).

O autor defende a ideia de que o conflito no espaço implica socialmente na apropriação e não diretamente na propriedade, que tem relações com a dimensão temporal dos fenômenos e nos significados individuais e coletivos. Elencando que quanto mais “funcionalizado” for este espaço, mais sofrerá interferências dos “agentes” que o manipulam, sendo a apropriação divergente da propriedade, como a exemplo de uma praça, sendo propriedade da instituição municipal, mas é apropriada por congadeiros e congadeiras, que lhe dá outro significado e outros símbolos. Numa perspectiva simbólica da apropriação do ou dos espaços é significativo pensar em como o agente ou o grupo de agentes, neste caso de culturas afro-brasileiras, entende-se como transformadores, se é que se entendem.

Para maior amplitude desta construção podemos entender a cidade como um espaço de relações de poder, mas não apenas de um poder constituído entre expressões culturais mais e menos valorizadas. Se no contexto da colonização/escravidão a cultura e religião criou mecanismos para sua continuidade, o período pós-abolição implica nos estabelecimentos de outras relações de ocupação do espaço, inclusive aquelas que se

inscrevem nas articulações institucionais e políticas com a produção de novos contornos e estruturas. Assim como Haesbaert (2004), compreendo que,

todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (Haesbaert 2004, p. 3).

Ou seja, o território é marcado por disputas de poder, utilizado para a realização de funções, como no caso do uso planejado de uma estrutura como a Praça 13 de Maio e na produção de seus significados para quem ocupa o espaço. No caso dos Congadeiros as relações são territorializadas a partir da expressão cultural e religiosa na Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito no dia do culto sagrado.

A esse respeito, Souza (2013) expressa a importância da valorização das nuances do espaço em face daquilo que a sociedade produz em suas particularidades, esse contexto valoriza as diferenças, sendo diretamente responsáveis por aquilo produzido, seja no campo da matéria ou das simbologias e significados, neste caso, a expressão cultural da Congada torna-se parte integrante do arranjo social urbano

O autor apresenta uma discussão referente ao conceito de “substrato espacial” em que apresenta a diferenciação da produção do espaço em confronto entre “espaços herdados” e “espaços novos”, e este confronto se dá pela não inserção dos “espaços novos” nas forças de poder hegemônicas. Neste momento torna-se oportuno trazer a discussão para o conceito de território, uma vez que não estaríamos apenas falando do plano material, mas da manutenção do poder na sua mais diversa concepção, Souza (2013).

Sob a categorização apresentada por Souza (2013) a respeito da produção de “espaços novos” compreendemos a materialização dos quartéis dos Ternos de Congada na cidade, esta categoria torna-se relevante para a análise das dinâmicas socioespaciais produzidas pelo povo congadeiro em relação aos “quartéis” e seu entorno, uma vez que nos referimos a uma manifestação afro-brasileira que produz e espacialidades culturais e religiosas numa perspectiva contra hegemônica, de resistência e permanência da memória ancestral, reafirmando-se constantemente em seu *locus*.

Sob este viés, o poder exerce o controle também sobre aquilo que não pode ser mensurado, Souza (2013), propõe análises de categorias do espaço como necessária na

construção do território(s) na cidade, que nesta construção social tem a função de lugares de pertencimento de um determinado grupo.

Santos (1978), em sua obra “Por uma Geografia Nova”, destaca uma questão central sobre a atuação de uma força nem sempre perceptível no tempo breve, mas que o espaço é produzido pela necessidade de um uso, criando suas funções, alerta que a produção do espaço é organizada pelo homem, sendo assim as estruturas destas sociedades tendem a obedecer a uma lógica de “subordinada e subordinante”, e que embora essas forças se relacionam o “espaço” busca por sua autonomia, reafirmando que o uso do território pelo povo produz o espaço.

As considerações de Santos neste trabalho, estão em consonância com a proposta de investigação e dos conceitos da pesquisa socioespacial, uma vez que o território é *locus* das reproduções humanas de suas relações com a totalidade, seja de suas intencionalidades mais básicas às suas intencionalidades mais complexas, tais quais suas resistências imateriais, entrelaçadas às suas simbologias e reproduções socioculturais nestes territórios de resistência à força “subordinante” hegemônica da sociedade.

Pensar a reprodução dos espaços ligados a lógica dessas forças é também pensar que na sociedade algumas manifestações são consideradas imprescindíveis à manutenção cultural no espaço, e outras são consideradas com menor relevância, ou sem relevância. A lógica da subordinação não atua naturalmente sobre os espaços, ela atua de modo a oprimir, seja por formatos políticos, econômicos, ideológicos, de gênero e de raça na estruturação da sociedade.

O conceito território, anteriormente mencionado, se estabelece de acordo em que trazemos nesse contexto, um formato político e econômico que vigora na sociedade, um formato de poder hegemônico, que outrora escravizou etnias africanas em suas culturas, saberes e práticas. Não estamos falando aqui somente de processos de opressão sociocultural, mas de toda uma estrutura opressora, que atentou no campo material e simbólico contra milhões de seres humanos.

Ou seja, o processo de desterritorialização não apenas lhes impôs o não acesso ao espaço na sua concepção mais primária, mas lhes negou por meio da escravidão a continuidade de suas práticas culturais, religiosas, musicais, culinárias e de culto.

Os territórios também são constituídos por meio da resistência de valores imateriais e/ou simbólicos que se materializam e se traduzem por práticas de um grupo ou povo Haesbaert (2004). A materialização das práticas culturais, reafirmam que território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional poder político, ele diz

respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Em outra perspectiva relacionada às dinâmicas de produção do espaço urbano, Corrêa (2005) acrescenta que,

são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. Acrescentaria que os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da cidade (Corrêa, 2005. p.101).

Ambos acrescentam que, os processos espaciais, provocados por demandas locais, sejam de cultura, trabalho, política ou crença são os responsáveis por uma mudança imediata na estrutura das cidades capitalistas, e que estes processos são a somatória de forças sociais em constante transformação da realidade urbana, fazendo e refazendo a espacialidade dos lugares do urbano por disputas e arranjos.

Dadas algumas reflexões, precisamos compreender que tais processos da luta por poder no urbano se acentuam ainda mais quando quem reivindica seus lugares são grupos que remontam lutas históricas de desigualdade social e espacial como a exemplo da população negra organizada em grupos sociais como os Ternos de Congada. Estas reivindicações ou “ordens” sociais podem ou não ser acatadas numa esfera social e política administrativa a depender do peso social da pressão exercida por quem demanda.

2.2 O Plano Diretor Urbano: Uma Análise Geográfica a partir de sua instituição na década de 1970.

Os Planos diretores são instrumentos do planejamento urbano para o princípio de pensar o como a cidade ou as cidades vão ser produzidas durante sua aplicação. A ferramenta do planejamento pode variar entre cidades, e está diretamente vinculado a concepções capitalistas, políticas e filosóficas. Neste sentido, o Plano Diretor é um complexo documento de informações, mensurações e diretrizes a serem seguidas pelas esferas executivas e administrativas dos respectivos municípios para a produção e reprodução socioespacial urbana. Ele elenca diversos direcionamentos, principalmente capitalistas na condução e na execução de projetos e propostas que tem como principal objetivo o desenvolvimento econômico e organizacional dos espaços públicos, e determinações em diversos níveis para os privados.

Pensando nas diretrizes e individualidades de cada espaço, um documento anterior a formulação dos planos é constituído por profissionais de diversas áreas do conhecimento, a fim de contemplar o máximo de perspectivas possíveis antes que projetos e empreendimentos sejam aplicados nestes contextos. O diagnóstico socioambiental é por sua vez um termômetro para mensurar e analisar as diversas dinâmicas já existentes nas cidades e os impactos a serem provocados em implementações e direcionamentos futuros.

O foco desta análise está no estudo do Plano Diretor ituiutabano em relação aos movimentos culturais étnicos, especificamente a Congada, o Plano Diretor de Ituiutaba entra vigor na forma de Lei de número 1362 na data de 10 de Dezembro de 1970, e acresce informações sobre o direcionamento urbano de reprodução espacial. O Plano se inicia nas delimitações da área do município, obedecendo às leis do Estado de Minas Gerais, e às convenções cartográficas utilizadas nesta década, sendo: a) 1: 1.250.000, b) 1: 250.000 respectivamente, finalizando-se em: e) 1: 500 para fins de mensuração urbana e produção de suas cartas oficiais.

As convenções cartográficas não fazem parte direta das indagações deste trabalho, mas nos sugere uma preocupação pela divisão política administrativa do município que antecede outros apontamentos de sua sequência, ou seja, aquilo que primeiro se apresenta, é o objeto do maior interesse administrativo, que no caso se configura como o espaço limite do município de Ituiutaba na década de 1970.

Deste modo, precisamos compreender que o planejamento urbano de forma geral, passou por diversas transformações através do tempo histórico e teve correntes de pensarmos fundamentais na constituição dos espaços urbanos, como a exemplo da corrente que vigorava no momento do decreto da Lei de número 1362 na data de 10 de Dezembro de 1970. A Lei foi sancionada na transição de dois momentos do processo global do planejamento, passando do Planejamento Exploratório para o Planejamento Transativo.

A corrente exploratória do planejamento se desenvolve em dois eixos de ação, com uma dinâmica de inter-alimentação entre eles. Sendo um eixo com ações mais globais, compreensivas e prospectivas, e um eixo de ação voltada aos problemas pontuais. Enquanto o processo de planejamento Transitivo abandona parcialmente a lógica formal para adotar uma abordagem mais empírica e dialética. Kohlsdorf (1984) menciona que, no planejamento transativo, todos os modelos anteriores apresentam um grau relativo de eficiência, que só poderá ser aprimorado se as populações forem integradas de alguma forma ao processo.

Esse modelo baseia-se nos princípios do planejamento participativo, que estiveram em evidência durante as décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos e em países anglo-saxônicos

da Europa. No entanto, a vinculação com o poder público e a definição dos planejadores de maneira paternalista e controladora, onde a participação da comunidade era permitida apenas no processo reivindicatório, não possibilitaram o avanço das propostas de planejamento neste sentido.

Não estamos afirmando aqui que o Plano Diretor ituiutabano seguiu normas associadas a estes pensamentos, nosso objetivo é uma análise contextualizada do momento histórico de sua produção na perspectiva de tentar compreender como se deram os processo de produção socioespacial por meio deste instrumento em contraste ao movimento congadeiro já existente e praticante de suas culturas e religiosidades no âmbito da cidade.

O plano Diretor municipal de Ituiutaba da Lei de número 1362 na data de 10 de Dezembro de 1970 em seu Capítulo II, inciso I, página 5, orienta que a finalidade do Plano, entre outras especificações tem a finalidade de:

I - assegurar o desenvolvimento físico racional, harmônico e estético da estruturas urbanas e rurais;

II - propiciar estruturas urbanas capazes de atender plenamente as funções de habitar, trabalhar, circular e recrear;

III- proporcionar à população o ambiente urbano que lhe permita usufruir de uma vida social equilibrada e progressivamente sadia;

Notamos neste inciso, que havia então uma preocupação com a finalidade física e racional, a racionalidade atende aos princípios da organização do espaço urbano, trazido por correntes do pensamento do Planejamento Urbano do século IX e início do século XX, que enxergavam na nas proporções simétricas e retilíneas uma alternativa de organizar o espaço urbano. O uso do termo estética nos chama atenção neste trabalho, porque a estética de maneira geral está associada a padrões pré estabelecidos, e oriundos de formatos brancos de produção e reprodução dos espaços, uma vez que os conceitos do Planejamento urbano nascem no continente europeu e se propagam para os demais continentes, principalmente aqueles cuja colonização foi instaurada.

Outra contribuição dada pelo texto à nossa análise refere-se ao segundo inciso, onde o principal objetivo teria como finalidade a garantia de que o espaço da cidade deveria garantir em primeiro lugar deveria atender às demandas de habitação numa questão estrutural, e ainda para a finalidade de trabalhar, circular e recrear.

Neste sentido, podemos pensar naquilo que se configuraram enquanto tipos de recreação na década de 1970, onde a cidade era pensada para cumprir finalidades específicas e a sociedade para repetir padrões. No inciso III, está descrito que seria função

do Plano, bem como de seus executores a garantia de um ambiente urbano que lhes permitisse usufruir de uma vida social equilibrada e progressivamente sadia, o que cabe perguntar é quais eram os parâmetros de “equilíbrio social” dado período histórico. Nossa intenção não é responder a estes questionamentos por meio do instrumento do planejamento, mas aguçar nossos olhares para aquilo que se desenvolve enquanto política municipal nas décadas seguintes.

O plano municipal segue no corpo de seu texto expressando as demandas espaciais da década de 1970, onde a secção III, artigo de número 100 estabelece a divisão espacial da cidade de Ituiutaba em 14 Zonas de expansão, sendo estas:

Art. 100 - As Zonas de uso da área urbana e de expansão urbana são as seguintes:

- I - zona comercial principal;
- II - zona comercial secundária;
- III - zona comercial atacadista
- IV - zona residencial I;
- V - zona residencial II;
- VI - zona residencial III;
- VII - zona residencial popular;
- VIII - zona industrial;
- IX - zona especial educacional;
- X - zona especial-agropecuária-industrial;
- XI - zona especial bosque e parque municipal;
- XII - zona especial de esportes e recreação;
- XIII - zona especial de proteção paisagística;
- XIV - zona barreira de vegetação.

O plano urbano descreve a criação de eixos específicos do direcionamento organizacional do espaço urbano, levando em consideração em uma ordem de importância para o município. Na sequência, o documento apresenta os possíveis usos de cada área apresentada, trazendo especificações, e apontamentos. A seção IV “Dos usos permitidos e possíveis em cada zona”, página 45, o Artigo 104 que aborda o eixo “Na zona comercial principal é permitida a utilização de terrenos, quadras, lotes, edificações e compartimentos para os seguintes fins:” elenca as possibilidades urbanas momentâneas, entre elas atividades culturais nas zonas permitidas.

No capítulo II, Seção II, Artigo 207, há um estabelecimento da metragem de áreas de uso comum, entre elas a de praças urbanas, que segundo o Plano deveria ter obrigatoriamente 4 mil metros quadrados. O interesse nestas informações são pertinentes para pensarmos o caminho institucional percorrido pela cultura da Congada ao longo do tempo histórico da cidade em questão, pois o que não se define é passível de interpretações

variadas. Quando trazemos à tona o termo cultura sem definições, deixamos a cargo do empirismo entender e estabelecer tais direcionamentos, na pluralidade e na singularidade as culturas se definem e se produzem e se reproduzem. Quais movimentos eram considerados cultura na década de 1970 em Ituiutaba? Quais as musicalidades? Quais grupos dispunham numa questão capitalista, estrutura para se estabelecerem nos espaços urbanos permitidos?

O Plano diretor do decreto da Lei de número 1362 na data de 10 de Dezembro de 1970 em suma, não faz menção à preservação de culturas específicas, todavia, a não descrição destas especificidades também fazem parte de um arranjo subjetivo do que era entendido como cultura, não garantindo a manutenção e a inserção de formas de culturas não brancas e não capitalizadas.

2.3 Identificação e mapeamento dos Ternos de Congada em Ituiutaba.

O território como expressão de manifestações das relações de poder pode ser acionado em diálogo com o processo denominado racismo estrutural estabelecidos das mais variadas formas, com a negação ou a concessão de uso dos espaços, realidade que não exclui a relação entre diferentes grupos, uma vez que os processos culturais estão diretamente ligados a produção dos formatos políticos.

A manifestação cultural da Festa de Congada no território nacional resulta do processo de desterritorialização, sendo os costumes, saberes e práticas, os responsáveis por adaptar-se aos novos territórios, tornando-se num agente ativo do (novo) território. A tradicional Festa da Congada na cidade de Ituiutaba é uma reafirmação da cultura e resistência afro-brasileira local e regional.

Numa escala temporal e espacial, podemos observar que, parte significativa de Ternos ocupam áreas circunjacentes aos principais pontos das práticas culturais e de crença religiosa, o que podemos afirmar é que na década de 1950 três significativas contribuições são dadas para a questão de representação simbólica e espacial do movimento negro urbano ituiutabano, o estabelecimento do Terno Camisa Rosa, Camisa Verde e da Irmandade de São Benedito, que mais tarde, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 se configurariam em estruturas cristalizadas de referência deste segmento.

Na década seguinte, em (1970) tivemos a criação da capela de São Benedito, santo padroeiro desta manifestação que segundo o Dossiê de Registro (2009), teve iniciativa pela Irmandade de São Benedito com recursos obtidos em quermesses de paróquias católicas,

reafirmando uma demanda social política e religiosa que estabelece a Congada como ordem de importância deste momento histórico, reafirmado pelo surgimento de outro Terno de congada, o Congo Real (1987), essa somatória de forças culturais e sobretudo políticas, porque representava uma necessidade político-administrativa da coletividade deu origem na próxima década à Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (1990).

A Fundação Zumbi dos Palmares foi criada em um contexto político para canalizar ações e demandas do movimento negro em exercício de influência social, ela tem a função de mediação entre o movimento social de chão e a elite política vigente que fortaleceria os laços entre a demanda popular e a esfera de governo municipal, de modo a conectar ideias e agir administrativamente no sentido de preencher lacunas de diversas ordens, tais como financeiras, organizacionais e operacionais. O que fortaleceria os laços entre a demanda popular e a esfera de governo municipal, de modo a conectar ideias e agir administrativamente no sentido de preencher lacunas de diversas ordens, tais como financeiras, organizacionais e de organização.

O que queremos demonstrar é que quanto mais as demandas populares pressionam e tensionam o espaço das cidades, mais ações se concretizam, por vezes sem pacificidade, de modo a atender aos anseios demandados. Esses surgimentos significaram geograficamente alguns apontamentos, entre eles o fortalecimento cultural afrodescendente ituiutabano de uma maneira extremamente significativa e a absorção de espaços públicos e privados nestas práticas culturais.

Tratando de Congada a nível local, podemos visualizar a espacialização dos Ternos até o momento (2024), contudo é pertinente uma pergunta geográfica central, quais são os espaços apropriados no intraurbano, e quais relações espaciais se concretizam na malha urbana por meio da localização dos lugares da prática cultural e de suas crenças?

Ainda nessa sequência temporal, já na década de 1990, o surgimento de outros dois Ternos se estabeleceram, se apropriando de outras localidades, trazendo novas perspectivas e tradições próprias, sendo os Ternos Lua Branca e Águia Branca.

O que pudemos observar no mapeamento disposto a seguir (figura x) é que os Ternos tem sua localização geográfica configurada em duas porções distintas, sendo: 6 Ternos localizados nas imediações da Praça 13 de Maio (território da prática anual de representação da Festa do Rosário) e 8 Ternos localizados nas áreas periféricas em relação ao epicentro estrutural da cultura afrodescendente de Ituiutaba (Fundação Zumbi, Praça 13 de maio, Igreja de São Benedito e Irmandade de São Benedito).

Os demais Ternos de Congada estabelecidos, apresentaram-se socialmente a partir da primeira metade dos anos 2000, configurando o surgimento de 6 outros grupos do mesmo

segmento cultural, o que indica que não existe, pelo menos culturalmente um enfraquecimento ou perda da memória ancestral, pelo contrário, implementa-se um fortalecimento e adesão social principalmente de indivíduos negros da geração pós-anos, e uma nova demanda espacial e política desta manifestação.

A seguir, vislumbramos um quadro-síntese relativo aos Ternos de Congada como período de fundação, localização, bem como informações adicionais importantes na compreensão da realidade cultural e espacial associada a esta expressão cultural.

Quadro 1. Quadro-síntese dos Ternos de Congada de Ituiutaba-MG

Nome do Terno	Ano de Fundação	Fundadores	Capitão	Matriarca	Cores do Terno e significados	Localização do Quartel
Moçambique Lua Branca	1990	Nilo Geraldo da Silva, Maria Ormindá da Silva; Senhora Domingues Martins; e, Cláudio Martins.	Claudio Martins	Aparecida	Branco: Brilho da lua Verde: esperança	Bairro Camargo
Moçambique Camisa Rosa	1951	Demétrio Silva da Costa, “Seu Cizico”.	Demétrio Silva da Costa	Dona Geralda e Maria Lúcia Oliveira.	Rosa, branco e amarelo Rosa de Nossa Senhora do Rosário; Amarelo, riqueza do saber.	Jardim do Rosário
Catopé Capão de Ouro	2018	Maria Aparecida Luiza Candido	Lucas Cândido	Maria Aparecida Luiza Candido	Marrom, azul, verde e dourado mineradores de ouro, na região do Tijuco	Alcides Junqueira
Moçambique São Bento	2022	Maria Sebastiana Domingos Gonzaga (tia Neném) e Flavilton de Oliveira Borges	Flavilton Borges e Leonardo Domingos	Maria Sebastiana Domingos Gonzaga (tia Neném)	O branco simboliza a paz; vermelha representa a vida e o sangue que por nós foi derramado.	Brasil
Congo Camisa Verde	1954	Geraldo Clarimundo da Costa, Dulcinéia Luiz Cassino, Demétrio da Silva Costa e Marciano Silvestre.	Leonardo Marciano da Costa	Dulcinéia Luiz Cassino	Verde - simboliza a esperança e o sentimento de continuidade; o branco - representa a paz; e o amarelo a riqueza do Brasil;	Progresso
Congo Real	1987	João Luiz da Silva – “João da Badia” e Marina Eurípedes de Oliveira.	Thales Anastácio	Marina Eurípedes de Oliveira. Maria Abadia	amarelo, branco e verde; Significado:	Natal

					Amarelo – ouro e riqueza	
Raízes de São Benedito	2022	João Antônio Alves e Jackeline Aparecida Silva Alves	João Antônio Alves	Jackeline Aparecida Silva Alves	Laranja, está ligado à natureza	Carlos Dia Leite
Congo da Liberdade	2004	Cláudia Luiza da Silva e Leamar Cândido.	William Candido	Cláudia Luiza da Silva	Azul e Branco Azul - Divino Espírito Santo e o branco - São Benedito	Novo Tempo II
Marujos de São Benedito	2022	Maria Aparecida	Maria Aparecida	Maria Aparecida; Celia Abadia Candida	Lilás, elevação espiritual e preto, força e poder	Sol Nascente 1
Moçambique Águia Branca	1994	Mauricio Prudêncio de Souza Maurílio do Nascimento de Souza	Maurílio do Nascimento de Souza (NILO)	Rosária Esperança de Souza	Banco, azul e rosa	Carlos Dias Leite
Marinheiro de Santa Luzia	2015	Laci Aparecida Lima Aparecida Andreilda	Cesar César filho Andreilda	Laci Aparecida Lima	Azul, representa o mar, o vermelho, representa o sangue derramado na luta pela liberdade; prata as estrelas guia; branco, paz.	Setor Norte
Congo Filhos da Luz	2009	William Candido	William Candido	Claudia Luiza Da Silva Almeida	Azul, branco e vermelho	Carlos Dias Leite

(Fonte: Dossiê de Registro, 2009)

2.4 Saberes dos Ternos de Congada Local

Para enriquecimento desta proposta de conhecimento da cultura local, apresentaremos uma breve e bem descrita contextualização levantada pelo acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba, que origina o Dossiê de registro e descreve os Ternos no que tange ao ano de sua criação, idealizadores, localização e principais cores utilizadas.

Estes Ternos compõe o movimento do Congada ou Congada na cidade supracitada, e estas descrições foram obtidas em trechos de entrevistas e/ou outros trabalhos já desenvolvidos por outras áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Serviço Social, História, entre outras, Sendo:

Moçambique Camisa Rosa

A fim de presentear sua esposa, Dona Geralda, em seu aniversário, Seu Cizico decide realizar uma festa da Congada, no dia 05 de outubro de 1951, com a apresentação de um grupo de Moçambique. O grupo era originalmente composto por 13 dançarinos e 5 bandeirinhas. De acordo com esse Terno é reconhecido como o mais antigo da cidade e determinante para a fundação da Irmandade de São Benedito. Cabe destacar, também, que o terno possui uma ala mirim, que permite a participação das crianças ao lado dos dançarinos adultos, preservando e transmitindo a rica herança cultural para as gerações futuras.

Catopé Capão de Ouro

A origem do nome remete aos negros mineradores de ouro, na região do Tijuco. Conforme o Projeto Raízes Congadeiras, da Associação Baobá, “A palavra “Capão” referir-se a uma vasta área de mato ou cerrado, enquanto “Ouro” remete ao metal precioso procurado nessas terras. O terno “Catupé” representa uma dança ritmada, muitas vezes realizada como preparação para a guerra. Portanto, o nome do terno sugere uma conexão com a tradição da dança e a herança cultural dos afrodescendentes que estariam envolvidos na busca pelo ouro, criando assim uma rica associação histórica e cultural”.

Moçambique São Bento

A escolha do nosso nome veio por meio da devoção e fé em nosso São Bento, conhecido por afastar toda maldade e feitiçaria, ele que nos protege da inveja, de toda maldade, também é protetor das doenças da alma. Nossas cores são brancas e vermelhas. (...) Atualmente nosso terno contém 40 componentes. Nossa base de frente é nossa matriarca

Maria Sebastiana; nossos capitães Flavilton Borges e Leonardo Domingos; nossas madrinhas Celsa Azevedo e Angélica Vinhais”.

Congo Camisa Verde

O Terno Congo Camisa Verde foi fundado por Geraldo Clarimundo da Costa, sua esposa Dulcinéia Luiz Cassino, seu irmão Demétrio da Silva Costa e seu pai Marciano Silvestre, com o intuito de devotar homenagem a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Inicialmente, o grupo era composto por cerca de 30 pessoas trajadas com as cores verde e branco, tendo Seu Geraldo como o primeiro capitão do terno e primeiro presidente da Irmandade de São Benedito (1957-1988).

Congo Real

O Terno de Congo Real surgiu por iniciativa do Sr. João Luiz da Silva, conhecido como “João da Abadia”, e sua esposa Marina Eurípedes de Oliveira. Seu João da Badia sempre esteve ligado às festividades da Congada e, além de fundador do Congo Real, presidiu um grupo de Folia de Reis há mais de anos. De acordo com algumas referências citadas, o terno Congo Real surgiu a partir de uma viagem que Seu João fez à cidade de Luz–MG, inspirando-se nos Ternos que via na cidade, sobretudo um que se utilizava da cor amarelo, cor eleita como a que representa o terno tijucano.

Raízes de São Benedito

O Congo Raízes de São Benedito é criado pelo casal João Antônio e Jackeline Aparecida. João, sendo membro atuante do movimento negro tijucano fazendo parte da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares. De família de origem congadeira, o casal inaugura o terno, em 2022. Em entrevista ao Projeto Raízes Congadeiras, da Associação Baobá, João informa que o grupo, nasce, nesse momento, com a preocupação de manter o quartel como um espaço social. Um espaço em que possa ter uma sociabilidade, não só dos componentes do grupo, mas também da comunidade em torno dele.” Para ele,” a festa de Congado é o momento em que você pode ter consciência que você é o elo de um passado para um futuro”.

Congo da Libertação

Assim como muitos Ternos, o Congo da Libertação é um Terno de origem familiar, tendo como distinção sua matriz religiosa, a Umbanda. Ele foi fundado com “a orientação das Guias Espirituais Maria Conga e Preto Velho, que se comunicaram por meio dos médiuns

Claudia Luiza da Silva (sobrinha de Dona Aparecida) e Leamar Cândido (filha de Dona Aparecida) de criar um terno de Congo com o intuito de unir e Libertar sua família de todo o mal que a segue há décadas”. Os Guias Espirituais foram responsáveis, inclusive, pelas cores dos Ternos dos Capitães.

Conforme o Dossiê de Registro (2009) o nome Libertação foi escolhido para representar a libertação dos antepassados de seus pecados, dos trabalhos feitos por terceiros para prejudicá-los. Essa mesma força espiritual determinou as cores do terno, cores essas constituídas a partir da cor símbolo das divindades que regem a família”.

Marujos de São Benedito

De acordo com Cidinha, o Marujo de São Benedito foi criado em 30 de maio de 2022, sendo a realização de um sonho de mais de dez anos, dela e de sua mãe, Célia. Cidinha informa que “veio o nome da minha cabeça marujo e nesse dia eu afirmei para minha mãe Célia falando que no ano de 2023 vamos sair com ele, foi uma batalha e contínua sendo, mais com a fé em São Benedito e nossa senhora do rosário estamos firme nessa caminhada e plantando nossas sementes e já criando raízes”.

Moçambique Águia Branca

O Terno de Moçambique Águia Branca foi fundado pelos irmãos, Maurício Prudêncio de Souza (falecido), Maurílio do Nascimento de Souza (Nilo) e Eurípedes Francisco Pereira (Pipa) que com apoio de sua mãe, Rosária Esperança de Souza, realizaram um tributo ao seu avô, o senhor Agenor Prudêncio do Nascimento, demonstrando a origem familiar do terno, caracterizando a maioria deles. O nome do terno, consoante o capitão Maurílio, tem raízes na devoção ao Orixá Caboclo Águia Branca. (RAFAEL e PORTUGUEZ, 2019: 107-108; ABRÃO, 2017).

Marinheiro de Santa Luzia

O Terno Marinheiro de Santa Luzia foi fundado por membros do Terno Camisa Verde, como uma homenagem à Santa Luzia, santa de devoção de Dona Laci, que com sua filha, Aparecida Andreilda, decidem fundar o Terno Marinheiro de Santa Luzia, em 2015, em homenagem à Dona Luzia; Cor: Azul bebê, vermelho, prata e branco; Significado: Azul bebê que se refere ao mar. O vermelho encarnado simboliza o sangue derramado dos antepassados e o sacrifício de Santa Luzia. O Prata simboliza as estrelas que guiam os navegantes e

conduziu os três reis magos e o branco que simboliza a paz. “Trazemos ainda na âncora na capa em todas as cores do terno simbolizando a chegada a um porto seguro”.

Congo Filhos da Luz

O Terno Congo Filhos da Luz foi fruto de um projeto na Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva - CAIC. A ideia para o projeto foi idealizada pelo capitão William Cândido, do terno da Libertação, que tinha o objetivo de ensinar uma congada na escola CAIC. O Congo Filhos da Luz inicia-se como um projeto educativo amparado pela Lei 10.639/03, tornando-se um terno de Congo, composto por toda comunidade escolar.

Pensando enquanto espaço da cidade, tensionado e produzido pela demanda, principalmente capitalista, conseguimos vislumbrar um forte movimento social que marca a malha urbana, em 1945 com sua primeira cristalização (edificação) privada significativa ao nível de um movimento negro local articulado (Associação). A construção do clube recreativo direcionado principalmente às pessoas negras “Palmeira Clube” é um marco simbólico dos meados da década de 1940 em Ituiutaba–MG e sem dúvidas influenciaria na espacialização de pessoas e outras correntes do segmento negro na cidade em questão.

Moçambique Estrela D’alva

O terno de Moçambique Estrela d’Alva foi criado no ano de 1982 pelo senhor Agnaldo Severino da Silva (já falecido) e por sua esposa Maria das Dores Silva (Dona Chuchu). Natural da cidade de Prata-MG, trouxe, além dos ensinamentos herdados do pai, a experiência e a vivência de folião de Santos Reis; seu pai tocava em folias. Antes de criar seu próprio terno, atuou como capitão do Moçambique Camisa Rosa durante vários anos.

Era um homem simples, humilde, trabalhador, madrugador e, por isso, admirava muito a imensidão do céu ao amanhecer e, quando foi nomear o terno, não teve dúvida na escolha do nome: Estrela d’Alva. Segundo contava, esse nome está relacionado à beleza do céu ao amanhecer. Considerava a capacidade de apreciar essa beleza um dom de poucos. Agnaldo Severino sempre demonstrava ser devoto de São Benedito e, por isso, conduziu, com muita dedicação, o terno de Moçambique por vários anos.

Terno De Moçambique Lua Branca

Criado em maio de 1990, o terno de Moçambique Lua Branca teve como iniciadores o senhor Nilo Geraldo da Silva e sua esposa. Maria Ormindá da Silva, Dona Maria, senhora Domingues Martins, (Dona Senhorinha) e seu filho Cláudio Domingues Martins.

O início de suas atividades deu-se em 1989, conforme consta no livro de Atas de número 2 da Irmandade de São Benedito, páginas 24 e 25, na reunião do dia 28 de dezembro de 1989. O senhor Nilo Geraldo (Neném Goje) comunicou seu afastamento do terno de Moçambique Camisa Rosa, em que atuou por mais de 30 anos, anunciou a criação do Moçambique Lua Branca e apresentou Cláudio Domingues Martins como seu 1º capitão.

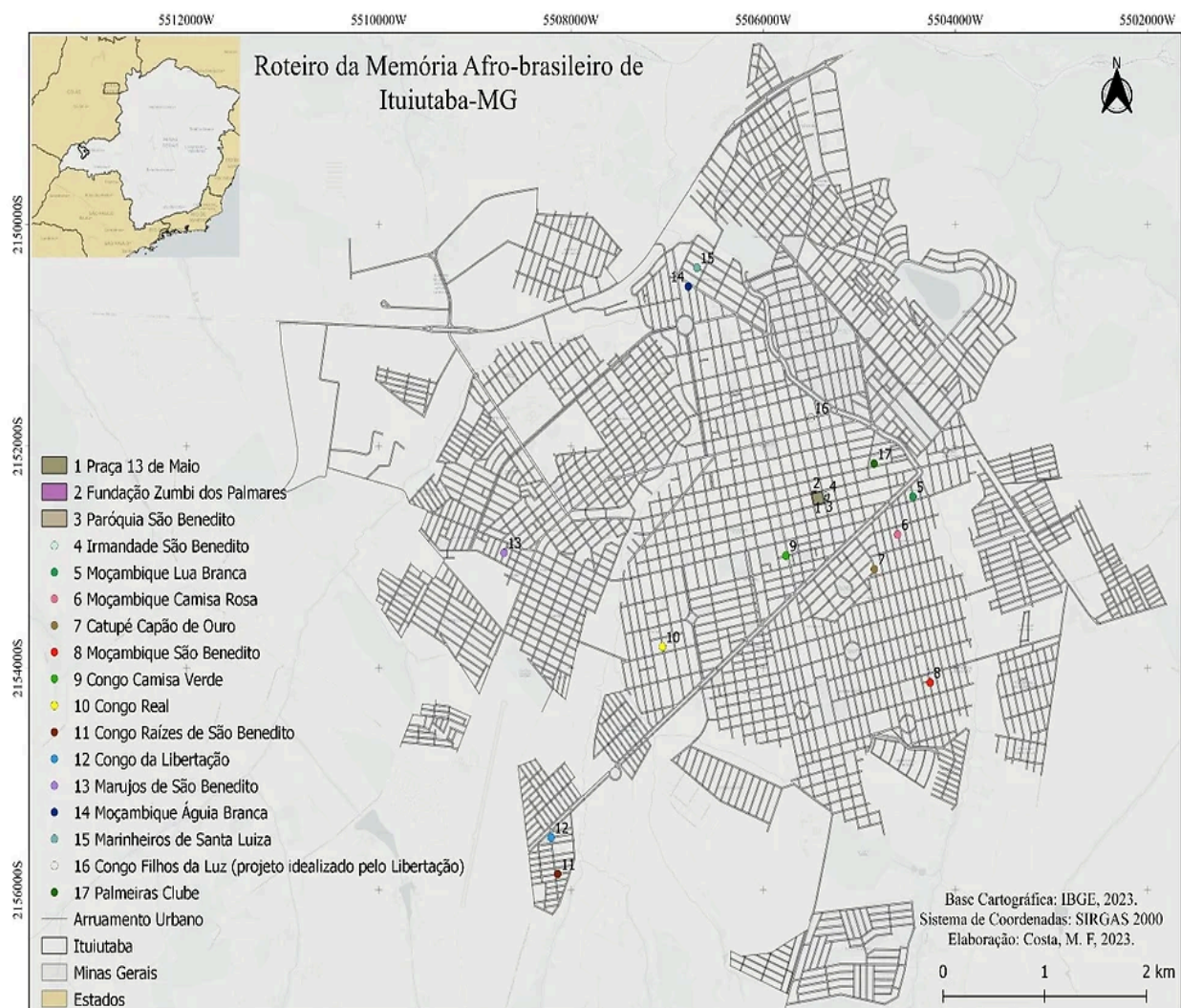
Segundo Dona Senhorinha, em 1989, atendendo ao pedido de seu filho Cláudio, tomou todas as providências para que o novo terno de Moçambique se tornasse uma realidade em Ituiutaba, como uma forma de reviver a tradição deixada pelo avô paterno de Cláudio o Sr Apolinário José Martins, oriundo de São Tomé das Letras – MG, cidade onde participava de outros ternos de Moçambique. E, na formação desse novo terno, contou muito com a ajuda incondicional do senhor José Olímpio Guimarães.

2.5 Especialização dos Ternos de Congada na Malha Urbana de Ituiutaba-MG

Nos anos que se seguiram, outras ações tornaram-se cristalizações na cidade de Ituiutaba, enquanto a demanda crescia ao fim da década de 1940, outros arranjos sociais se estabeleciam e tensionavam a sociedade de modo geral e movimentava-se no sentido de produzir espaços de resistência simbólica, que na década seguinte (1950) traria novos desdobramentos enquanto espaço apropriado e produzido para fins individuais e coletivos.

Para estabelecer um contato geográfico mais contundente com o movimento negro local, e da Congada ou Congado, faremos uma breve e afinada contextualização cartográfica temática, bem como um histórico individual dos Ternos mapeados até a data da produção temática (2023).

Figura 2. Espacialização dos Ternos de congada em Ituiutaba-MG/2023



(Fonte: Costa, M. F, 2023)

Segundo o projeto tijucano “Caminhos de resistência” (2023) a espacialização dos Ternos se configuram como no produto temático acima apresentado (figura 2) e apresentam uma descrição de estruturas históricas temporais (Quadro 5) e espaciais, essenciais para a construção deste trabalho, que visa o entendimento dos processos urbanos os quais o movimento cultural está inserido e tensionando o espaço para prática de suas manifestações.

sendo o foco destas observações os principais pontos de cultura e lazer da comunidade em questão, podemos observar que numa perspectiva histórica, o estabelecimento dos Ternos e localidades destas práticas culturais e religiosas se deram no seguinte recorte temporal:

Quadro 2. Ano de criação das principais instituições ligadas à Congada em Ituiutaba-MG

INSTITUIÇÃO/ TERNO	ANO DE FUNDAÇÃO/ CRIAÇÃO
PALMEIRA CLUBE	1945
IRMANDADE DE SÃO BENEDITO	1957
IGREJA DE SÃO BENEDITO	1987
FUNDAÇÃO MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES	1990

(Organização: Araújo. Luiza, 2024)

Palmeira Clube

Foi fundado e desempenhou um papel significativo como local de realização de diversos eventos relacionados à cultura afro-brasileira e eventos sociais ao longo de sua história. Um desses eventos incluiu o concurso Miss Beleza Negra, uma competição que celebra a beleza, a cultura e a representação das mulheres negras. Além dos bailes de carnaval, que contou com Dona Mariquita, uma das matriarcas do Terno Moçambique Camisa Verde e a primeira e última porta-bandeira do Palmeira Clube.

Atualmente o clube se encontra fechado, mas na luta pela sua manutenção, diante da importância do patrimônio que há mais de 70 anos vinha realizando celebrações, eventos esportivos e manifestações culturais, sobretudo, da população negra ituiutabana. Para apreciação destas análises trouxemos imagens da atual situação do clube fundado para agasalhar relações sociais da comunidade negra local.

Figura 3. Atual situação estrutural predial do Palmeira Clube



(Fonte: Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/4672047/> , 2025)

Irmandade de São Benedito - Ituiutaba/MG

Presidenta: Maria Lúcia Oliveira, A Irmandade de São Benedito foi fundada em 13 de maio de 1957, tendo seu primeiro presidente Seu Geraldo Clarimundo da Costa, que exerceu essa função até sua morte, em 1988. A data de fundação da Irmandade marca o retorno da festa do Congada em Ituiutaba, mas também a sua vinculação à Igreja Católica, visto que para receber o apoio da Igreja, o Padre João Avi, exigiu além da criação da Irmandade, que seus membros recebessem os sacramentos.

A Irmandade foi responsável pela criação da Capela de São Benedito (1971) e até hoje vem exercendo um importante papel de preservação da cultura negra ituiutabana, com organização dos festejos do Congada, que ocorrem na terceira semana de maio. De acordo com postagem de 13 de maio de 2023, da página de Facebook da Irmandade S. Benedito Ituiutaba, a instituição se coloca como “uma célula dos movimentos negros em ação de nossa cidade, como grupos de estudo e Consciência Negra de Ituiutaba, Fundação Municipal Zumbi

dos Palmares, (...).” Cabe ressaltar que sua ação na manutenção da tradição do Congada permitiu que a festividade fosse declarada bem tombado como patrimônio imaterial do da cidade de Ituiutaba–MG, pela lei n. 4.421 de 07 de abril de 2016. Abaixo, a imagem nos traz o momento de reunião dos trabalhos protagonizados pela Irmandade de São Benedito.

Figura 4. Reunião dos trabalhos realizados pela Irmandade de São Benedito



(Fonte:Disponível em <https://www.facebook.com/isbiItba/>, 2025)

Capela de são Benedito e Igreja de São Benedito

A capela de São Benedito foi o local inicial onde a Irmandade e os Ternos de Congo faziam as suas celebrações. O templo é um local dos mais importantes para a celebração da congada. É onde se realizam as reuniões preparatórias para a festa anual do dia 13 de maio. Ali se encontrava a imagem de São Benedito, o santo da devoção da Irmandade.

É um imóvel de partitura retangular, estilo moderno, do terceiro quartel do século XX, de um pavimento, com estrutura de alvenaria, tendo os pisos de cerâmica, portas e janelas com

esquadrias de ferro, com vidros retangulares, sem forro, cobertos com telhas francesas. Possui um altar de madeira com as imagens do Sagrado Coração de Jesus e um crucifixo de madeira. Ali na parede há o sacrário com a lâmpada acesa, significando a presença real de Jesus na eucaristia, segundo a fé católica. A capela está localizada na Praça Treze de Maio, centro de Ituiutaba – MG, atrás da Paróquia de São Benedito.

Fundação: 1971, de acordo com o Dossiê de Registro (2009), com a criação da Irmandade de São Benedito os/as congadeiros/as começaram a intensificar os esforços para construção da capela de São Benedito. Com lucros obtidos das quermesses realizadas, a Irmandade comprou um terreno (1968), onde foi construída, por meio de trabalho coletivo voluntário (mutirão), uma capela para São Benedito (1971).”Atual Igreja de São Benedito, 2025.

Figura 5. Igreja de São Benedito



(Fonte: Disponível em <https://diocese-de-ituiutaba.webnode.page/parouquia-sao-benedito/>, 2025)

Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP)

Fundação: 21 de abril 1990, A Fundação Municipal Zumbi dos Palmares surge “das discussões do Grupo de Estudos Consciência Negra, que teve como primeira coordenadora Divina Teles, do Camisa Verde”, que também estava ligado à Irmandade de São Benedito (RAFAEL e PORTUGUEZ, 2019: 130)

Localizada nas mediações da Praça 13 de Maio, ela se caracteriza por ser uma fundação sem fins lucrativos, mantida pelo poder municipal da cidade, fruto da organização do movimento negro da cidade. (RAFAEL, 2014:44) Destaca-se, também, o papel desta entidade em atender as demandas da população negra local. Imagem da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares:

Figura 6. Fundação Municipal Zumbi dos Palmares



(Fonte: Acervo Pessoal, 2022)

2.6 Registros da Congada em sua dimensão Pública.

Dentre as muitas nuances da congada ituiutabana poderemos analisar os registros fotográficos também como análise da ciência geográfica, estes registros foram feitos em diferentes momentos e datas desta expressão cultural com seus contrastes urbanos. Deste modo, poderemos complementar nosso diálogo e vislumbrar as dinâmicas que se estabelecem espacialmente, suas tensões e contradições em relação ao espaço da cidade de Ituiutaba-MG.

A congada, para além das marcas históricas e simbólicas, também expressa uma multifaceta visual que a torna única em cada espaço que se reproduz, para vislumbre destas afirmações seguem-se os registros dos dois mais antigos Ternos ituiutabanos, o Moçambique Camisa Rosa e o Congo Camisa Verde no ano de 2022.

Figura 7 e 8. Moçambique Camisa Rosa em momento de apresentação na Praça 13 de Maio





(Fonte: Arth Silva, 2022)

Figura: 9 e 10. Congo Camisa Verde em momento de concentração na Igreja de São Benedito



(Fonte: Arth Silva, 2022)

Figura 11. Reverência ao reinado perpétuo



(Fonte: Arth Silva, 2022)

Os registros têm papel fundamental na análise de uma organização que ultrapassa a estrutura física de ocupação do espaço da praça, ele também nos alerta sobre camadas de hierarquia presentes no interior da organização epistemológica da Congada local. E estas hierarquias embasam parte da discussão proposta neste trabalho, onde as relações de poder internas (hierarquias geracionais) e externas (processos do direito e do poder) são responsáveis pela sua dinâmica no uso e ocupação socioespacial da cidade em questão.

Para o acréscimo de nossas análises de ocupação, traremos mais elementos (registros) de outros momentos da apresentação anual da congada no ano de 2022. Os registros são dos ternos mais jovens, fundados após 2010, sendo Congo Filhos da Luz, fundado a partir de uma ação sociocultural na escola municipal Aureliano Joaquim Da Silva (CAIC) e o Terno Raízes de São Benedito, fundado por ex integrantes de outros Ternos. A intenção do uso destas imagens é um comparativo, minimamente vestimental sagrado, para dimensionarmos a força do conhecimento não formal na perpetuação de culturas não brancas em ocupação urbana de espaços públicos.

Figura 12 e 13. Ternos Libertação e Filhos da Luz no momento da apresentação



(Fonte: Arth Silva, 2022)

Figuras 14 e 15. Momento da apresentação Terno Raízes de São Benedito



(Fonte: Arth Silva, 2022)

Dentre as perspectivas deste estudo, os registros e as entrevistas semiestruturadas poderão nos subsidiar informações importantes entre as gerações congadeiras e a produção de seus espaços individuais (Ternos e barracões) e coletivos, apresentações públicas e ocupação espacial urbana. A intenção é uma análise entre relações de poder, perpetuação da cultura congadeira e sua relação com o socioespaço. A Congada é um movimento vivo e ancestral de práticas e saberes, sua dimensão mais conhecida é a festa pública em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, mas conta com outras dinâmicas de ocupação socioespacial, de arrecadação de valores, de visitas entre os Ternos entre outros.

Estas visitas acontecem também em outras cidades e estados, a intenção do movimento é a garantia de que suas culturas e saberes sejam passados entre gerações e espaços, a exemplo deste movimento de deslocamento, a tradicional festa de Romaria-GO. O estado de Goiás também celebra as Congadas em sua Mesorregião Sul, como argumenta Ratts (2014) sobre sua dimensão material, imaterial e simbólica.

Para análise destes fenômenos, algumas imagens são essenciais, entre elas, os grupos em espaços externos às suas cidades de origem e em contato com outros formatos da cultura Congadeira na chegada a Igreja de Nossa Senhora Abadia, Uberaba-MG.

Figura 16. Chegada dos Ternos na Igreja de Nossa Senhora Abadia



(Fonte: Arth Silva, 2022)

Figura 17. Momento da chegada dos ternos na capela de Nossa Senhora da Abadia



(Fonte: Arth Silva, 2022)

As imagens nos mostram o momento da chegada dos ternos na capela de Nossa Senhora da Abadia, onde acontece o tradicional encontro de Ternos de diversas cidades mineiras e goianas para apresentar-se em louvor aos santos católicos, principalmente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que são os santos padroeiros da Congada regional. As marcas da colonização são evidentes na mescla de cultura religiosa, como já debatido neste trabalho, os processos de migração forçada no Atlântico, Gilroy (2001), bem como sua interação social, cultural, política e religiosa alterou em diversas perspectivas a ideia de culturas únicas e imutáveis, resultando na mescla cultural e religiosa da Congada, que por sua vez produz materialidades, imaterialidades e simbologias nos espaços de suas atuações, principalmente no espaços das cidades de suas práticas.

Capítulo 3. Racismo Institucional e Espaço Urbano

Para pensarmos os processos pertinentes às dinâmicas espaciais da congada, é necessário analisarmos como são desenvolvidas as disputas de ocupação no espaço, dentre elas os processos burocráticos administrativos (institucionais) dessa ocupação. O como a Festa da Congada se estabelece, apoiada num conjunto de ações políticas e administrativas chama atenção, porque mesmo para aqueles que apenas visitam a festa é notória as dependências estruturais estabelecidas e postas no espaço da praça 13 de Maio no dia da principal apresentação pública dos Ternos. Neste sentido, analisaremos estas relações com foco nas nuances do racismo estrutural intencional ou por abstenção e racismo político.

3.1 Desafios e possibilidades da Congada no tempo-espaço contemporâneo de Ituiutaba–MG

Para vislumbrar as relações de poder estabelecidas durante o preparo e realização da tradicional Festa da Congada, bem como na sua manutenção de maneira geral nos apoiaremos em duas abordagens, na leitura e interpretação da Lei complementar n.º 153 de 13 de julho de 2018 e em entrevistas semi estruturadas para obtenção de respostas que possam contemplar este ensaio teórico.

Para evidenciar os processos de racismo estrutural necessitamos entender antes o que é racismo e como esta internalização da subalternidade individual ou coletiva de etnias e raças ainda é fator que mobiliza as construções sociais e por consequência espacial do mundo

moderno. Almeida (2019) em sua obra “Racismo Estrutural” elenca alguns fatores históricos, principalmente aqueles dados pela colonização europeia em diversos lugares no mundo, sobretudo na América Latina.

O autor traz um sequenciamento histórico rico em fatores fundamentais para o entendimento de alguns processos de manipulação dos espaços por representações de poder político, resultando em uma divisão espacial e social pela força das múltiplas violências, justificada por fatores raciais de supremacia.

Segundo Almeida (2019) por volta do século VI, a raça serviria para a divisão entre plantas e animais, e mais tarde serviria para seres humanos, no mesmo sentido, Munanga (2004) remonta algumas estruturas de pensamento social atrelado à história européia francesa, tais como a discussão da raça numa perspectiva de linhagem, onde as diferenças de classe passaram a ser debatidas por esta ótica. Como exemplo deste momento, o pensamento na nobreza local ao identificar-se descendente do povo Franco, enaltecendo fenótipos e “intelectualidades herdadas” e subjugando os povos Gauleses como linhagem inferior, passível de dominação e de escravização.

Contudo, quando as questões raciais se fazem presentes nestes contextos, não servem apenas para uma classificação de diferenças fenotípicas, mas para uma narrativa de superioridade e poder de dominação, e como estes contextos históricos se refletem na ocupação e utilização dos espaços marcados por diferenças raciais num sentido de hipervalorização e subalternização entre elas. E com a busca pela expansão comercial burguesia mercantilista, a criação de rotas de exploração de mercadorias e conhecimento fez com que o europeu se deslizesse como “homem universal” e todo formato de cultura, política ou religiosidade que não estivesse em consonância com o da Europa seria (foi) considerado inferior ou abjeto.

As noções de civilização ou civilidade estavam diretamente atreladas aos costumes e saberes europeus e descartava parcelas significativas de conhecimento, culturas e religiões de outros povos, aqueles subjugados e colonizados. Neste contexto as questões de raça aparecem como centralidade, dado fator de inferioridade, ou de desumanização, criando estereótipos como pessoas “sem história”, “bestiais”, “sem alma” entre outros.

Surge a ideia de que características biológicas, determinismo biológico, ou condições climáticas, ou ambientais, determinismo geográfico teriam o poder de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferenças raciais. Ou seja, a pele não branca e comportamentos não europeus associados ao clima tropical provocaram a configuração de seres menos humanos, violentos e perigosos.

Os discursos caminhavam na seguinte perspectiva, segundo Almeida (2019) a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam: “como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo” e “como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir”.

Sendo assim, segundo Almeida (2019) o racismo se configura em uma forma sistemática de exclusão, tendo a ou as raças como pano de fundo, e se manifesta por meio de ações conscientes ou inconscientes que propõem vantagens ou desvantagens sociais dependendo da raça a qual pertencemos. O racismo diferencia-se de discriminação racial, que por sua vez consiste no juízo de valores baseado em estereótipos e pode ou não se traduzir em atos, ou ações discriminatórias. Não se tratando apenas de atos ou ações do cotidiano, mas em uma superestrutura que acolhe ou segrega de formas políticas, assistenciais, trabalhistas, espacialmente e por tanto violenta grupos inteiros associados a algum grupo racial.

Ou seja, o racismo está articulado com uma questão de segregação racial, e por consequência espacial, traduzindo-se em divisões espaciais de raça por localidade, tendo localidades privilegiadas no urbano para pessoas brancas e desprivilegiadas destinadas por estrutura social capitalista às pessoas negras.

Após alguma contextualização histórica e conceitual do racismo poderemos seguir viagem em direção a alguns processos constituídos enquanto facetas da estrutura social racista, o chamado “Racismo institucional”. Para pensar o racismo institucional, devemos entender que a base racista ocupa nosso estado consciente e inconsciente de existir.

O racismo institucional, não diferente, mas configurado com outras ferramentas de exclusão, não parte de perspectivas individuais ou coletivas, mas do posicionamento institucional racista, bem como de multinacionais, empresas privadas de produção de veículos em massa, prefeituras, dentre outras instituições.

O que se observa nas instituições é um elevado número de pessoas brancas contratadas e ocupando cargos de poder de decisão, enquanto pessoas negras são em menor escala contratadas, e menos ainda ocupam cargos de poder e de representação. Então, segundo Almeida (2019) “Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social, e ainda,

se é correta a afirmação de que as instituições são a materialização das determinações formais da vida social, pode-se tirar duas conclusões: a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (Almeida, 2019, p. 26-27).

Ou seja, estes atravessamentos sociais com bases racistas são determinantes para a constituição de ferramentas de segregação institucional, bem como a criação de mecanismos que concedam vantagens a algum grupo e que possam excluir outro. Pensando neste sentido, em como as instituições públicas e privadas articulam-se internamente é essencial para o entendimento do como isso influencia na consolidação social das dinâmicas de exclusão individual e coletiva.

Se acolhemos a ideia de racismo institucional, também devemos admitir que a questão de raça compõe conflitos de interesse e poder nas instituições públicas e privadas, sendo que o racismo não compõe apenas atos individuais, mas projeta em toda a sociedade, suas constatações e conceitos pré-formados e justifica a estrutura hegemônica da maioria das instituições brasileiras. Tendo o efeito dessa hegemonia a relação de poder que se estabelece como dominação racial de um grupo sobre outro, como alerta Almeida (2019), quando avisa que, “a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio” (Almeida, 2019. p 28).

O interesse individual e coletivo advindo da hegemonia cria normas, inclusive estéticas como “horizonte civilizatório” Almeida (2019), acolhendo padrões estabelecidos para o controle de quem acessa ou não o poder, com a exclusão daqueles que não servem à proposta, deste modo a manutenção de dominação se mantém no mais alto escalão das relações sociais institucionais. Onde o conjunto de diferenças raciais, políticas e culturais separam a sociedade em grupos de acesso ou de exclusão.

Segundo Almeida (2018), ao falarmos de raça e direito, é imprescindível que tenhamos alguma noção daquilo que significa direito em sua concepção epistemológica e na obra “Racismo Estrutural” institui quatro conceitos para a construção desta abordagem, sendo estes o direito como justiça, direito como norma, direito como poder e o direito como relação social.

O direito como justiça é entendido como valor, sendo assim ultrapassa normas jurídicas, tem o viés da garantia de liberdades individuais e coletivas que precedem o arranjo jurídico estabelecido pelas sociedades. Ou seja, ainda que algum direito lhe seja negado de maneira institucional não haveria justiça neste ato. Este modo de pensar o direito é chamado de discurso jusnaturalista, Almeida (2018) reitera que:

O que se nota é que o discurso jusnaturalista é, antes de tudo, um discurso ético-político, que visa a dar sentido aos conflitos e às disputas de poder, especialmente no mundo pré-contemporâneo. Já no mundo contemporâneo, são poucos os autores que se declaram jusnaturalistas, e se o fazem é para denunciar a ausência de um debate ético acerca da aplicação das normas jurídicas. Hoje em dia, a grande maioria dos autores, até mesmo por imposição das circunstâncias sociais e econômicas do capitalismo, é juspositivista, ou seja, concebe o direito como o conjunto de normas impostas pelo Estado. (Almeida, 2018, p.81).

O discurso Jusnaturalista, no passo serviu como base teórica da justificativa para a escravidão, pois entendia que existia uma ordem natural para coisas e processos sociais, onde a liberdade branca, a garantia de direitos brancos preestabelecidos sobrepunham os demais arranjos dinamizaram e conduziram um conjunto de normativas judiciais, e reitera que:

tinham como base a ideia de uma ordem natural que “fundamentava” a escravidão de determinados povos e a superioridade de outros. Portanto, leis positivas que amparavam a escravidão nada mais faziam do que espelhar uma ordem já determinada pela “natureza das coisas”, por “Deus” ou pela “razão”. No Brasil, vale lembrar que a razão invocada por muitos juristas do século XIX para se opor à abolição da escravidão residia na necessidade de se manter o respeito ao direito natural de propriedade. E, perante o direito, escravos eram considerados propriedade privada, mais especificamente, bens semoventes, ou seja, coisas que se movem com tração própria, semelhantes a animais. Entretanto, há aqueles que, em nome do mesmo direito natural, se colocaram contrários à escravidão, alegando ser incompatível este regime com a razão natural ou com as leis de Deus. (Almeida, 2018, p.82).

O que o autor nos apresenta nesta contextualização, é o como as dinâmicas jurídicas por meio dos arranjos de produção se utilizam das ferramentas do direito, bem como da institucionalidade para conceder ou negar liberdades individuais ou coletivas tendo o Estado como orientador e manipulador destas normas. Contudo, é necessário entender o como a noção do direito ganha força nos espaços urbanos, para que assim possamos compreender o como os aparatos da normativa jurídica impactam diretamente os grupos em análise.

O que queremos neste capítulo é contextualizar o poder do estado presente na institucionalidade, é materializado enquanto Prefeitura Municipal, e discutir as dinâmicas

jurídicas que garanta, negue ou dificulte as práticas culturais não brancas no espaço urbano, que neste estudo configura-se como o grupo da Congada de Ituiutaba-MG.

A estrutura de formação da ideia do que é o direito se torna essencial para para recortarmos histórica e socioespacialmente os grupos de congada em face a produção institucionalizada do espaço das cidades por meio do poder estatal jurídico, esta discussão é pertinente neste estudo, porque o foco de nossas indagações são para além das relações do poder simbólico entre raças, mas de um poder decisório no arranjo espacial do centro urbano.

Ainda segundo Almeida (2018), em sua segunda definição do direito, o Direito enquanto norma ou juspositivismo, nos alerta que as inúmeras Leis e normas com garantia de cumprimento pelo aparelho do Estado compreenderia comumente o que chamamos socialmente de “direitos”. Esta postura não é embativa quanto ao racismo estrutural, e nos alerta que:

Se notarmos, as críticas ao juspositivismo são bastante parecidas com aquelas feitas às concepções individualistas do racismo. E não é uma coincidência: vimos que a perspectiva individualista trata o racismo como um problema jurídico, de violação de normas, as quais, por sua vez, são tidas como parâmetros para a ordenação racional da sociedade. Tanto o racismo quanto o próprio direito são retirados do contexto histórico e reduzidos a um problema psicológico ou de aperfeiçoamento racional da ordem jurídica de modo a eliminar as irracionalidades – como o racismo, a parcialidade e as falhas de mercado. (Almeida, 2018, p.83).

Se o direito é fruto de construções e constituições de poder majoritariamente brancas, o resultado de suas aspirações certamente não concretizam as garantias integrais de direitos para corpos e culturas não brancas de maneira geral, tanto na epistemologia quanto na execução de diretrizes para seus princípios.

Nesta mesma perspectiva, de entender as esferas daquilo que se configura historicamente a noção do direito, o direito reaparece como “O direito como Poder”, e neste sentido Almeida (2018) elenca a epistemologia deste pensamento nos alertando que as normas jurídicas são apenas diretrizes de um poder que se impõe antes da constituição das mesmas. E que sem o poder antecessor as normas, estas não passariam de abstrações da realidade, e que este concederia a realidade ao direito. Ou seja, a materialidade jurídica é uma concretização de um poder já estabelecido, e reitera que:

Essa concepção do direito alarga as possibilidades de compreensão do fenômeno jurídico, para além do legalismo e do normativismo juspositivista. O direito, portanto, apresenta-se como aquilo que Michel Foucault denominou como “mecanismo de sujeição e dominação”, cuja existência pode ser vista em relações concretas de poder que são inseparáveis do racismo, como nos revelam

cotidianamente as abordagens policiais, as audiências de custódia e as vidas nas prisões. (Almeida, 2018, p.83).

O autor explicita que esta construção do direito é de fato elemento constituído para a aplicação de um poder político do grupo que detém o poder institucional de dominação por meios jurídicos/judiciais. E pensar na constituição destes formatos é alertar-se para uma série de reproduções institucionalizantes que tem como base a mediação dos corpos nos espaços, sobretudo nos corpos negros inseridos em uma realidade cultural derivada dos deslocamentos forçados no Atlântico no período da escravização (Gilroy 2001).

A constituição histórica do direito no Brasil remonta processos sociais que se refletem no espaço, que no contexto deste trabalho está ligado diretamente à produção socioespacial promovida pelo grupo da Congada contemporânea na busca pelo estabelecimento de espaços de representação desafiando o capitalismo, o racismo institucional, a produção espacial da cidade e os desafios institucionais.

O direito como relação social, segundo Almeida (2018) institui o pensamento que o direito não se limita às normas e textos jurídicos, mas abrange as relações sociais com um todo. E nesta perspectiva, podemos entender que nem todas as relações são jurídicas, e diante deste fato, o desafio é estender quais relações possuem esta intencionalidade.

A exemplo destas relações mediadas pelo capitalismo contemporâneo, o autor reitera que:

A partir da idade moderna, os ventos do liberalismo começam a desvincular o direito do poder pessoal dos nobres, o que atinge o ápice na idade contemporânea. Com o desenvolvimento do capitalismo –baseado na troca mercantil –, o uso da força e da violência na reprodução econômica da sociedade é substituído pelo trabalho assalariado, cujo fundamento é o contrato. (Almeida, 2018, p.85).

A sacada das concepções trazidas por ele, revela uma dinâmica de dominação social por meios neoliberais, ou seja, o que antes executava seu poder de maneira primária e bruta, agora utiliza-se de meios “legais” onde a troca é capitalista e exploratória. A congada reaparece nestas considerações, porque sua composição é majoritariamente de pessoas negras, vítimas destas dinâmicas de hegemonias brancas em diversas esferas da construção e da constituição de instituições, e sobretudo do espaço das cidades capitalistas, como é o caso de Ituiutaba-MG. E o direito como relação social não está dissociado de uma opressão estrutural racista, porque ainda que força subsídios para a punição de atos racistas, suas imposições formam divisões sociais de sujeitos racializados. e entende que:

A Lei que criminaliza os corpos pretos e empobrecidos condiciona um enquadramento marcado pela construção dos comportamentos suspeitos. E se a Lei é

o Estado, o suspeito “padrão” é também um suspeito para o Estado.¹⁵⁷ Apresentada uma síntese das definições de direito e suas relações com a análise estrutural do racismo, podemos reduzir a duas as visões correntes sobre a relação entre direito e racismo:

1-o direito é a forma mais eficiente de combate ao racismo, seja punindo criminal e civilmente os racistas, seja estruturando políticas públicas de promoção da igualdade;

2- o direito, ainda que possa introduzir mudanças superficiais na condição de grupos minoritários, faz parte da mesma estrutura social que reproduz o racismo enquanto prática política e como ideologia. (Almeida, 2018, p.86).

Racismo enquanto base estruturante social, também estrutura os espaços capitalistas, pois utiliza-se de uma base histórica da acumulação por raça e portanto alcança por meio do capital privilégios políticos, econômicos, espaciais e sociais. O que o autor nos alerta, é que, ainda que o direito seja punitivo para atos racistas, é fundado em bases racistas da sociedade brasileira.

Para pensarmos a questão do direito ao espaço, sobretudo por grupos de pessoas negras vinculadas à cultura da Congada ituiutabana, é necessário entender como as geografias dialogam com a produção espacial da cidade em questão. A produção espacial das cidades é um resultado, segundo Corrêa (1989), da força capitalista inserida por meio de alguns agentes, como já discutido anteriormente neste trabalho.

Segundo Corrêa (1989), numa perspectiva de hierarquia capitalista os Proprietários Fundiários estariam na ponta da dinâmica urbana, enquanto os Grupos Sociais Excluídos teriam o menor potencial no espaço urbano no que tange sua produção espacial. E para tanto, políticas de ações afirmativas foram uma das alternativas de reduzir e equilibrar desigualdades de raça no Brasil.

Pensando em ferramentas institucionais de ações afirmativas, políticas públicas no sentido de garantia de direitos, municipalmente também dispomos de ferramentas que possibilitam, de maneira administrativa, o acesso de grupos vítimas da exclusão, da inclusão precária e da imposição hegemônica racial à construção do espaço da cidade. Uma dessas ferramentas é o Plano Diretor.

O Plano Diretor é um documento, que tem como principal função a criação conjunta de diretrizes de como o espaço da cidade será produzido e reproduzido, tratando-se de uma ferramenta institucional que objetiva organizar e direcionar o espaço da cidade em consonância com as demandas sociais, políticas, religiosas, dentre outras.

Mas vale perguntar, a quem serve as diretrizes dos planos? Será que a participação popular poderia mudar as dinâmicas do plano? Em que medida a institucionalidade acolhe ou

exclui indivíduos, ou grupos? Para tanto, a cidade de Ituiutaba por meio da Lei Complementar de 2018 indica algumas decisões institucionais que podem auxiliar no entendimento de alguns fatores em relação à expressão cultural religiosa afro-brasileira: Congada.

A Lei complementar de n.º 153 de Ituiutaba entrou em vigor na data de 13 de julho de 2018, e estabelece a revisão do Plano Diretor Integrado e de outras providências urbanas. O artigo II da Lei complementar (n.º 153 de 13 de julho de 2018) traz a indicação que é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e rural do município e integra o processo de planejamento municipal. Ou seja, essas diretrizes são a condução de estruturação do espaço.

O documento concentra informações relevantes para pensarmos a estrutura institucional em face à preservação da memória e do patrimônio cultural da cidade em questão, e reitera questões como esta do “TÍTULO I, que trata dos princípios fundamentais e dos objetivos gerais da política urbana” e elenca os principais compromissos sociais explorados pela Lei (n.º 153 de 13 de julho de 2018):

Art. 4º. A política urbana deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I. função social da cidade;
- II. função social da propriedade;
- III. sustentabilidade;
- IV. gestão democrática da cidade;
- V. corredores integrados.

(Lei nº 153 de 13 de julho de 2018, p.1)

O quarto artigo (**Art. 4º**) do documento, direciona ao menos dois objetivos que dialogam com este trabalho, intitulada “função social da cidade” e “gestão democrática da cidade” a função social da cidade, que aguça uma discussão sobre a qual tipo de sociedade estamos servindo e produzindo, enquanto a gestão democrática só se estabelece quando todas os agentes produtores do espaço sentem-se representados e na possibilidade de serem ouvidos. Estes apontamentos estão em consonância com a discussão teórica que permeia a produção do espaço pela cultura e vivência de indivíduos ou grupos, tais quais os Ternos de Congada. Já o artigo sexto consolida de forma mais específica a temática deste trabalho e se apresenta da seguinte maneira:

Art. 6º. A propriedade imobiliária cumpre sua função social quando promove o adequado

aproveitamento do solo urbano, respeitadas as funções sociais da cidade, e for utilizada para:

- I. habitação, especialmente habitação de interesse social;
- II. atividades econômicas geradoras de emprego e renda;
- III. proteção do meio ambiente;

IV. preservação do patrimônio cultural.

(Lei nº 153 de 13 de julho de 2018, p.1)

O artigo sexto define como umas das prioridades desta lei, a preservação do patrimônio cultural vinculado a cidade de Ituiutaba, mas a pergunta central é em relação a quais expressões são consideradas cultura, quais são segregadas desta recomendação institucional. Em que medida o plano oferece viabilidade institucional para preservação das memórias culturais? A análise documental nos permite vislumbrar no **Artigo. 10º** (décimo) o seguinte apontamento:

Art. 10º. São objetivos gerais da política urbana:

VIII. garantir a acessibilidade universal, entendida como o acesso de todos os cidadãos a qualquer ponto da área urbana;

X. contribuir para a construção e difusão da memória e identidade, por intermédio da proteção do patrimônio histórico, artístico, urbanístico e paisagístico (Lei nº 153 de 13 de julho de 2018, p.3).

Dentro desta perspectiva, algumas interações devem ser interpretadas e debatidas. Entre os objetivos gerais encontram-se a garantia do acesso universal, forma de acesso a todos os pontos da cidade por sua população; a elevação da qualidade do urbano por meio da preservação/ proteção ambiental e do meio constituído (antrópico) e a contribuição para a construção e difusão da memória e das identidades culturais por intermédio da proteção do patrimônio histórico, artístico do urbano e paisagístico.

Quanto à garantia do acesso universal, pensando na estrutura da Congada enquanto movimento que tem sazonalidades no espaço urbano, uma vez que desenvolvem ações religiosas e culturais durante os 12 meses do ano, seria de extrema importância um serviço de transporte público que abarcasse a demanda individual e coletiva.

Os congadeiros possuem base cultural no uso de materiais que produzam as específicas sonoridades, e o transporte público convencional tem dificuldades em atender essa demanda nos horários comerciais, e não consegue atender à demanda no dia típico da festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, porque esta ocorre aos domingos tradicionalmente, sendo os domingos dias específicos onde o transporte público não atende como em dias úteis. O que leva a questionamentos importantes e pertinentes aos processos de mobilidade urbana que se estabelecem em Ituiutaba quanto a sua eficiência em casos como este.

Estas perguntas se acentuam quando refletimos, por exemplo, sobre a adequação da mobilidade urbana quanto ao transporte público coletivo durante a EXPOPEC, que atende em linhas e horários especiais, contemplando a expressiva festa de leilões de gado e atrações de renome nacional e internacional promovida pelo comércio local em parceria com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba.

Quanto a contribuição de construção e difusão da memória e identidade, protegendo o patrimônio histórico podemos observar que a implementação de ações é anterior da Lei (n.º 153 de 13 de julho de 2018), os processo tombamento de prédios históricos e/ ou de formatos culturais foram catalogados em dossiê público e lista de maneira precisa e contundente quais segmentos estão sob proteção municipal desde a primeira década de 2000, contando também com ações em esfera estadual ou em âmbito federal (quadro 6):

Quadro 3. Registro municipal de tombamentos referentes à preservação da memória afro-brasileira local

TOMBAMENTO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE ITUIUTABA-MG	ANO
IRMANDADE DE SÃO BENEDITO	2009
MOÇAMBIQUE CAMISA ROSA	2009
CONGO CAMISA VERDE	2009
MOÇAMBIQUE ESTRELA D'ALVA	2009
TERNO CONGO REAL	2009
TERNO MOÇAMBIQUE LUA BRANCA	2009
TERNO CONGO DA LIBERTAÇÃO	2009

Fonte: Dossiê de Registro.

O quadro 6 retrata que, na primeira década dos anos 2000, o prefeito, à época, Sr. Públio Chaves, por meio de decreto municipal, amparado por estudos prévios, sobre acervo material, importância simbólica, significados de fé entre outros, concretizou o tombamento de 7 instituições como Patrimônio Imaterial, entre eles 6 Ternos de Congada, e 1, a Irmandade de São Benedito.

Esse tipo de ação contribui para a preservação da memória, porque além da necessidade de catalogar e descrever a dinâmica em sua plenitude, viabiliza a captação de recursos do estado de Minas Gerais, bem como da federação na intenção de proporcionar

condições materiais da permanência dos grupos, bem como do auxílio com recursos dos cofres públicos destinados para estas finalidades.

No ano seguinte, em 2010, a prefeitura municipal de Ituiutaba–MG, por meio de parecer técnico aprovado em 09 de novembro de 2010, torna Patrimônio Cultural as seguintes instituições (quadro 4):

Quadro 4. Registro de patrimônio cultural da Congada de Ituiutaba até 2010

TOMBAMENTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ITUIUTABA-MG	ANO
CAPELA DE SÃO BENEDITO	2010
MOÇAMBIQUE CAMISA ROSA	2010
CONGO CAMISA VERDE	2010
PARÓQUIA SÃO BENEDITO	2010
PRAÇA 13 DE MAIO	2010
SALÃO PAROQUIAL (IGREJA DE SÃO BENEDITO)	2010
MOÇAMBIQUE ESTRELA D'ALVA	2010
TERNO CONGO REAL	2010
TERNO MOÇAMBIQUE LUA BRANCA	2010
TERNO DE CONGO DA LIBERTAÇÃO	2010

Fonte: Dossiê de Registro.

O decreto municipal teve importante papel na dinâmica que envolveu a próxima ação no sentido de proteger, e sobretudo reconhecer os Ternos e localidades acometidos à práticas culturais afro-brasileiras. Como sendo de importância cultural municipalmente, acrescentou-se nesta perspectiva os lugares de importância, tais como a Praça 13 de Maio, a Igreja em Louvor a São Benedito e seu salão paroquial. Esses acréscimos são, institucionalmente, elos positivos para pensar a cultura Congadeira dos anos seguintes, uma vez que não seria institucionalmente possível ignorá-la.

Elencar e institucionalizar os movimentos culturais, bem como realizar processos de tombamento patrimonial é uma das formas de garantia para o poder público poder atuar num

sentido de garanti-lo principalmente no que tange incentivos financeiros, mas o não reconhecimento institucional de algum movimento cultural pode deixá-lo em desvantagens financeiras, de acesso, de garantias diversas?

Ou seja, o não tombamento ou não formalização e reconhecimento têm menor ou nenhum amparo da instituição pública (prefeitura ou Fundação Zumbi dos Palmares) de mediação ou regulação dos recursos? A não formalização é uma maneira de exclusão administrativa, este não reconhecimento de parte dos movimentos sociais de origem afro-brasileira, indígena, LGBTQIAPN+ é uma estratégia hegemônica para o desamparo e apagamento de culturalidades dissociadas de formatos preestabelecidos oriundos da colonização.

Como racismo no processo político, entendemos, segundo os apontamentos de Almeida (2019), que este é um reflexo de um sistema introjetado de maneiras diversas na estruturação da sociedade e dos indivíduos. O exercício do racismo depende diretamente do poder, pois sem o arranjo político grupos inteiros não poderiam ser excluídos de forma sistemática. E entende que os formatos políticos do racismo se apresentam em duas dimensões,

a) Dimensão institucional: por meio da regulação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea. Somente o Estado pode criar os meios necessários – repressivos, persuasivos ou dissuasivos – para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas;

b) dimensão ideológica: como manter a coesão social diante do racismo? A política não se resume ao uso da força, como já dissemos. É fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuam a unidade social, apesar de fraturas como a divisão de classes, o racismo e o sexismo. É parte da dimensão política e do exercício do poder a incessante apresentação de um imaginário social de unificação ideológica, cuja criação e recriação será papel do Estado, das escolas e universidades, dos meios de comunicação de massa e, agora, também das redes sociais e seus algoritmos. Veremos adiante que os chamados “nacionalismos” sempre tiveram as classificações raciais como vetor importantíssimo de controle social (Almeida, 2019, p.35-36).

Num viés de aproximar as considerações trazidas nesse diálogo, comentar alguns elementos propostos na Lei complementar (n.º 153 de 13 de julho de 2018) do Plano Diretor integrado faz-se fundamental. Estes comentários se dão no campo da importância da valoração cultural, bem como instrumento de fomento econômico associado ao turismo e outras potencialidades da Congada, e objetiva que,

Art. 22. Com o objetivo de promover o turismo, considerando-se as características ambientais e culturais do município e o seu relevante potencial turístico, deverão ser adotadas as seguintes ações:

I. estabelecer um Plano Municipal de Turismo a partir de um fórum de participação de diferentes segmentos da sociedade, a ser realizado no prazo de 2 (dois) anos a contar da data de aprovação desta lei complementar, com o objetivo de apoiar e incentivar a atividade turística e valorizar as manifestações culturais no município (Ituiutaba (MG) 2018 p.10).

A concretização do Plano só poderia ser possível diante dos processos administrativos que tombaram a Congada, bem como outros movimentos culturais e localidades associadas a essas culturas. O plano considera o nível de incorporação das práticas pelo povo ituiutabano, bem como da sua microrregião geográfica imediata, sendo a Congada um fator promissor no espectro do turismo cultural/religioso. As potencialidades da Congada são essenciais numa ordem de tensão social, religiosa e sobretudo política e econômica, garantindo informalmente parte do orçamento municipal no mês de maio.

A informalidade se dá no campo de refletirmos que a primeira “leva” de tombamentos tenha acontecido tardiamente em 2009, e o primeiro Terno desta manifestação tenha se concretizado em 1951; e ainda em 2024 o orçamento abarca apenas o mês específico da saída pública da manifestação, em maio, sem orçamento garantido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O) do município, e se configura informalidade institucional de manutenção da expressão cultural no entendimento deste trabalho.

Na sequência do documento, mais precisamente na página 17, o Art. 35. Podemos vislumbrar a perspectiva de inserção institucional de algumas categorias, bem como a metodologia pertinente para alcance da meta, sendo elas as seguintes:

VI. elaborar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial Igualdade Racial e Ações Afirmativas, no prazo de 2 (dois) anos após a criação do conselho municipal de promoção da igualdade racial e ações afirmativas;
VII. criar o Fundo Municipal para a Promoção da Igualdade Racial e Ações Afirmativas;
VIII. criar políticas municipais intersetoriais para promover a igualdade e diversidade cultural, étnica, religiosa, de gênero e de orientação sexual, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da data de aprovação desta lei complementar; (Ituiutaba (MG) 2018, p.17).

O Plano faz uma perspectiva a partir de 2018 para atender às metas num prazo de dois anos, o que se consolidou até o ano de 2020 e inclusive o fundo econômico municipal de incentivo à promoção da igualdade racial e Ações Afirmativas estaria pronto para estes investimentos à cultura e no combate do racismo individual, institucional e estrutural.

Quanto ao estabelecido na Seção II da Lei complementar, as proposições futuras no que tanger os processos educacionais no sentido de incorporar, visibilizar e sanar lacunas raciais encontramos:

- I. equidade na distribuição dos equipamentos educacionais;
- II. redução das desigualdades sociais e espaciais;
- III. respeito a igualdade e diversidade cultural, étnica, religiosa, de orientação sexual e de gênero. (Ituiutaba (MG), 2018, p. 19 e 20).

A perpetuação de uma postura administrativa torna-se um indicativo de estruturação quanto à demanda do reconhecimento e valorização da educação enquanto ferramenta de acesso aos conhecimentos transversais e de combate ao racismo estrutural e institucional. Este contato com a demanda cultural local é uma forma de explanar sobre os formatos e movimentos produzidos pelas demandas locais de produção do espaço da cidade de Ituiutaba–MG bem como suas características e necessidades. Ainda em análise documental, a seção V: “Da cultura e patrimônio cultural” direciona a necessidade de:

Art. 45. A Política Municipal de Cultura e Patrimônio deverá ter como princípios norteadores:

- I. respeito à liberdade e diversidade das manifestações culturais e,
- II. equidade na distribuição dos equipamentos culturais.

Art. 46. Para a consecução da Política Municipal de Cultura e Patrimônio, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I. apoiar a profissionalização da gestão cultural no município;
- II. considerar a transparência e a comunicação com a população como pilares da política cultural do município;
- III. fomentar e incentivar as manifestações culturais por meio da qualificação dos agentes culturais;
- IV. garantir a livre manifestação das culturas populares tradicionais e contemporâneas, respeitando sua diversidade e especificidades;
- V. assegurar a equidade do acesso às políticas culturais e de patrimônio a todos os cidadãos por meio da descentralização das atividades e dos espaços culturais;

e ainda,

- VI. promover a preservação e a valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Ituiutaba como forma de fortalecer a memória e a identidade cultural dos moradores do município; (Ituiutaba (MG), 2018, p.24).

O estabelecimento de diretrizes ou princípios norteadores da política municipal traz no corpo do texto apontamentos como “respeito à liberdade e diversidade das manifestações culturais”, revisitando a importância daquilo que é reconhecido enquanto cultura num âmbito administrativo.

3.2 Visita e análise espacial na Festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

A festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito configura-se como a mais tradicional ligada à cultura afro-brasileira em Ituiutaba, e por sua complexidade de

mistura de crenças, cores, musicalidades, instrumentos, e danças necessitam de observações direcionadas. Entre abraços, conversas e observações, coloquei a percepção em jogo, o que os olhos viam, o olfato sentia, a teoria e vida eram entrelaçadas.

E por vezes, esse enlace misturava as vivências no “dia da festa”, que eram representações manifestadas na dimensão pública da festa, enquanto as práticas nos quartéis representam a dimensão privada da expressão cultural. Pois no dia das apresentações externas aos quartéis tudo parece diferir daquilo que observei e observo dentro deles durante as experiências que acumulo enquanto pesquisadora e moradora da cidade de Ituiutaba.

A Congada chama minha atenção de maneira fundamentada nos valores civilizatórios afro-brasileiros Trindade (2010) pelas sonoridades e cores. Na minha observação percebi haver maneiras para ocupar a praça de maneira material, imaterial e simbólica (Haesbaert 2008). Material por que materialmente a ocupa com barracas tendas, cadeiras, mesas, tambores entre outros; imaterial porque traz imaterialidades presentes na luta de classes, de raça e de anseios sociais desta cultura, é simbólica por que é feita em agrupamentos dos Ternos, todos em volta do palco que recebe os reis e rainhas congas, pois a finalidade das apresentações também tinha em perspectiva saudar estas figuras ilustres da história da Congada.

Existe uma estética vestimental, que reforça o movimento da contra-estética Gilroy (2001) e de posturas sociais por parte dos integrantes dos ternos e figuras políticas representativas do movimento negro. Estas posturas estavam ligadas claramente a ordens hierárquicas postas, mas invisíveis, eles estavam deixando claro ali, naquele momento, um sistema organizado de reinado representado e reconhecido entre eles.

A chegada dos ônibus, carros, bicicletas, pessoas a pé (imagem 1) se misturava a logística às cores, as corporeidades, a territorialização do espaço que se dava de formas imateriais, imposta pelos instrumentos, cajados sagrados, e a praça se fez da congada inegavelmente foi aquilo que percebi.

De onde viriam essas pessoas, como chegaram, como vão embora? A logística estruturada permite uma mobilidade, ainda que efêmera, para que as representações na frente da Igreja Católica erguida em louvor a São Benedito sejam manifestadas, esta organização faz reverência, organiza-se de modo a deixar claro um comportamento da sociabilidade, da crença.

O espaço da praça estava comprometido com as obras de revitalização da fonte (chafariz) que estava desativada há algumas décadas. Ao fundo podemos visualizar a estrutura de metal que limitava o espaço. Em alguns momentos pude ouvir reclamações sobre o espaço

limitado e demora na entrega da obra para a comunidade, principalmente para a comunidade negra, a fonte que representa um tempo histórico do uso coletivo da praça.

Figura 18. Festa da Congada em Ituiutaba-MG



(Fonte: Acervo Pessoal, 2024)

Nas imagens, podemos visualizar o momento de organização da “entrada” do terno Congo Real na sequência de apresentações no interior da praça 13 de Maio. Esta sequência é definida dias antes para que os capitães e matriarcas possam se organizar e organizar seus ternos. Poderemos visualizar também as bandeiras e instrumentos sagrados utilizados durante as apresentações.

Figura 19. Preparação dos Ternos para apresentação na Festa da Congada



(Fonte: Acervo Pessoal, 2024)

Os valores afro-brasileiros, assim como expressa Trindade (2010), podem ser observados na expressão religiosa e cultural: a religiosidade, a circularidade e a oralidade estão expressas nas danças, ritmos, sonoridade dos tambores, vibração e cores das vestimentas e na ocupação do espaço pelas corporeidades marcadas pela diferença.

O sábado que antecede os festejos é marcado pelo encontro dos Ternos de Congada também na Praça 13 de Maio, este encontro se dá num campo informal ou fora da sobriedade do encontro do domingo, cada pessoa pode escolher ir ou não. Mas notei a presença de muitas

pessoas que participaram também da festa oficial no dia seguinte, utiliza-se toda a praça e seus arredores para confraternização como bares e *foodtrucks*. Este dia tem, na minha percepção, a função comemorativa e do consumo de outras musicalidades associadas ou manifestadas por outros segmentos étnicos, bem como uso de bebidas e comidas.

O que se apresenta a cada ano que passa é uma certeza de que esta manifestação se fortalece entre as gerações, porque pude observar um número significativo de jovens que aparentam a faixa etária entre 15 e 25 anos, isso me chamou atenção. A Congada se renova, se fortalece, e prova disso é a tabela apresentada neste trabalho que demonstra numa sequência temporal que os ternos aumentaram nas últimas décadas.

E me parece que o sábado tem esta função, a função de agregar na festa tradicional as comunidades étnicas como plano principal, mas também outros segmentos sociais simpatizantes desse momento. Entre estes simpatizantes e oriundos da Congada, os diversos jovens que podem socializar, ingerir bebidas diversas, trocar momentos afetivos, experiências e divertir-se de uma maneira menos relacionada à tradição. A festa do dia seguinte (domingo) exige uma postura condizente com muitos outros significados, além da diversão, a diversão é tocar pros reis e rainhas, madrinhas e capitães, igreja e santos dessa devoção. No dia da festa, as fardas representam uma luta travada de diversas maneiras, existindo com ou sem enfrentamentos aparentes, lutando num campo imaterial, mas demarcando a cada passo seu território, a praça!

As fardas são uma parte desse encontro de cultura geracional, para os homens (na construção binária do gênero) roupas adornadas com franjas, faixas e detalhes que ressaltam o orgulho associado às cores de suas bandeiras, com destaque para as diferentes vestimentas dos capitães.

Para mulheres, o que chama atenção é a utilização de vestimentas padrão, e apenas algumas delas usam vestimentas diferentes, dentro das mesmas cores para demonstrar lugares de hierarquia interna dos Ternos. Estas vestimentas são representações de orgulho de histórias ancestrais, são cores simbólicas, de uma beleza única que representa a memória africana territorializada na representação e na apresentação afro-brasileira, nos trazendo outra expressão marcante da estética e contraestética Gilroy (2001) está expressa nos penteados, com grande parte dos praticantes com os cabelos trançados.

Também são vistos “apitos” que são utilizados para coordenar os sons produzidos pelos outros integrantes, eles conduzem a sequência de sons e cantigas, eles dançam segurando cajados e bastões, com a interpretação de canções, que em sua maioria, referir-se a

migração forçada das pessoas escravizadas para as Américas, aos santos da igreja católica, aos orixás (divindades africanas), ao momento de libertação por meio da Lei Áurea de 1888, a princesa Isabel e outros personagens importantíssimos como Zumbi dos Palmares e tantos outros que compõem a cultura afro-brasileira.

As cantigas, a maioria escritas pelos integrantes dos ternos locais têm conteúdos simbólicos importantes em suas letras, e faz referências a pessoas, momentos importantes do tempo histórico, à natureza, bem como denúncias sociais, sendo:

“Eu vi um clarão na mata
Eu pensei que era dia
Eu vi um clarão na mata
Eu pensei que era dia
Mas era são Benedito
Com Rosário de Maria
“O Maria Conga saia da janela
Vem a ver o Congo da Libertação que lá vai
Pra festa.”

(Trecho da cantiga entoada pelo capitão William Cândido do Terno Libertação)

Trechos que remontam ao como os congadeiros e congadeiras percebem-se no espaço, dialogam com a sociedade e a natureza, trazendo suas práticas religiosas para as ruas da cidade. Estas canções são fundamentais para um entendimento do como um processo de territorialização Haesbaert (2008) ganha forma de maneira material, imaterial e simbólica no dia do encontro do 13 de maio. Neste sentido a canção tem papel de contar de maneira cantada como essa ocupação ocorrerá, e podemos analisar as simbologias presentes nos trechos que exclamam que:

“Cheguei, cheguei
Cheguei tremendo o chão
Cheguei, cheguei
Cheguei tremendo o chão
Está batida de nego batida do Congo faz tremer o chão.”

E ainda,

“Abre o portão da senzala
Deixe meu povo passar

O meu povo tem valor

Ele vem pra saravá”

(Trecho da cantiga entoada pelo capitão William Cândido do Terno Libertação)

De maneira direta e muito representativa, uma parte significativa dos ternos ao adentrarem o espaço da praça, entoam cantos de poder, de posse e de reivindicação de lugar nos campos físicos e simbólicos da existência. O que dialoga diretamente com a discussão deste trabalho que tem em perspectiva entender as relações de poder entre o movimento de cultura da Congada, a gestão pública municipal e a produção dos espaços estabelecidos nesta relação.

Muitas geografias se desenham no momento da festa, lugares e territórios, espaços e culturas, canções e simbologias, produção do espaço a partir das memórias, dos ritos. E as geografias que eu buscava estavam num campo distinto tradicional quando o foco é a cultura, particularmente, a cultura afro-brasileira. Meu foco era olhar a produção da cidade de Ituiutaba tendo o movimento da Congada como lente, colher destes momentos bases para entender como se estabelecem as relações de poder num campo administrativo, documental e ritualístico, como estas relações mantêm a disposição dos fenômenos ou interferem neles. As relações de poder estavam, assim como as cores, posta. Afinal, forças políticas, além da amplidão do termo, se impunham durante toda a manifestação. O que pertence ao movimento da Congada? O que era barganhado com ele? Como a política partidária percebe o movimento congadeiro? Como o movimento congadeiro percebe a política?

A expressão cultural da Congada, entre outras características, representa simbologias de disputas no espaço da cidade, este é um princípio das relações territoriais. Entre os presentes, participantes ou simpatizantes dos Ternos ouvia-se: “Agora é o “verde”, eles são melhores que o “amarelo” pra tocar”; “O capitão “fulano” dança melhor que os demais”. Existe um estímulo à interação conforme o grupo que se apresenta, às pessoas interagem a depender de que grupo se apresentava, esse contexto me fez pensar sobre como a ordem hierárquica de criação dos Ternos reflete na ordem de importância política atribuída pela política administrativa municipal se verdadeira, como se estabelece?

Numa questão espacial, refletia se o movimento produzia a territorialização do festejo ou se a área era previamente determinada? Muitas dessas perguntas terão de ser respondidas, ou ao menos especuladas para pensarmos a cidade sob a ótica da pesquisa por meio da expressão cultural da Congada. No que se refere ao deslocamento dos Ternos para o encontro que acontece no sábado anterior à festa e para o dia da festa. No domingo, não presenciei a

atividade do transporte público para realização do deslocamento dos Ternos de seus bairros para a Praça 13 de Maio.

Algumas ruas de acesso à Praça 13 de Maio estavam bloqueadas com cavaletes e faixas zebradas, exceto a rua que conduzia a “entrada” da praça, por onde entravam os Ternos na frente da igreja São Benedito. Havia uma estrutura física organizada para aquele momento, banheiros químicos eram disponibilizados, cadeiras para pessoas idosas em áreas reservadas, no entanto, me inquietava pensar, o porquê, de uma praça considerada *lócus* da manifestação de uma Irmandade que possui 72 anos de história não possui banheiros e bebedouros próprios?

Figura 20. Territorialização da Festa da Congada em Ituiutaba-MG



(Fonte: Acervo Pessoal, 2024)

Por que é necessário a criação de estruturas externas para atender a uma demanda que esteve lá por décadas e que provavelmente estará por mais tantos outros anos? Então questionamos se essa condição não seria utilizada como instrumento de negociação entre os grupos sociais e os agentes públicos do poder. Se não existisse um vínculo entre poder público e os representantes dos Ternos em relação à criação de estruturas físicas, a Congada se especializaria no festejo de outra forma? Se apresentaria em outros formatos? Não sei se poderei responder, mas quero deixar minhas angústias registradas.

3.3 Observação e Análise: Uso da praça 13 de Maio no primeiro feriado da Consciência Negra em Ituiutaba-MG

Desde 2011 o Dia da Consciência Negra já era considerado feriado em 6 estados brasileiros, sendo Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo e abarcava mais de 1200 municípios também em outros estados brasileiros. Somente em 29 de novembro de 2023 esta data se tornou feriado a nível nacional, e no ano de 2024 comemorou-se pela primeira vez o feriado nacional na Praça 13 de maio em Ituiutaba-MG. Minha busca era compreender se haveria diferenças entre a tradicional manifestação da congada (Festa da Congada) para outras comemorações no mesmo sentido.

A Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, junto a Prefeitura Municipal de Ituiutaba preparou a praça, no que tange questões estruturais, como palco, som, iluminação, banda, apresentadores, apresentações de grupos vinculados ao trabalho social da Prefeitura. A praça ainda contou com carros de lanches diversos, bebidas em geral, seguranças e o fechamento das vias de acesso direto, para proteção do transeunte. Contou com a presença de importantes figuras públicas do movimento negro local, como capiteas de Congada, matriarcas, madrinhas, figuras políticas como candidatos eleitos e reeleitos nas eleições de 2024, a presidente e funcionários da Fundação municipal Zumbi dos Palmares, secretários e diretores de pastas importantes como a do Desenvolvimento Social municipal, da Fundação cultural de Ituiutaba, entre outros.

Deste modo, o que mais me chamou atenção no sentido deste trabalho, foi o como as pessoas, sobretudo negras, ocupavam os espaços da Praça. Se na congada, existe um percurso correto de suas chegadas e apresentações e representações, no 20 de novembro esta ocupação tinha um caráter descontraído, e os caminhos de chegada eram plurais. Ainda que houvessem deixado de lado parte das formalidades, a reverência aos mais velhos, e ou aqueles

que vieram antes de mim ainda era notória, apertos de mãos com a “bênção”, com o respeito congadeiro era visto a todo tempo.

Além dos pedidos de “bênção” entre outras saudações, o valor civilizatório da circularidade também estava demarcado em qualquer recorte da Praça.

E como categoria de análise socioespacial trouxemos algumas imagens capazes de subsidiar algumas destas informações pertinentes a aquilo que temos discutido ao longo deste trabalho. Como categoria de análise da ocupação espacial da Praça 13 de Maio, trouxemos algumas imagens, sendo:

Figura 21. Uso da Praça 13 de Maio no 20 de Novembro



(Fonte: Acervo Pessoal, 2024)

Nas imagens extraídas do acervo pessoal, podemos visualizar a distribuição espacial da estrutura montada para receber a população para a festa em comemoração ao 20 de novembro, Dia Da Consciência Negra.

Figura 22. Uso da Praça 13 de Maio no 20 de Novembro



(Fonte: Acervo Pessoal, 2024)

Na oportunidade, diferentes grupos sociais prestigiaram as apresentações de alguns Ternos de Congada, grupos culturais e utilizaram as estruturas recém inseridas, como parque para as crianças e a fonte reformada no nível mais alto da Praça 13 de maio.

Figura 23. Uso da Praça 13 de Maio no 20 de Novembro



(Fonte: Acervo Pessoal, 2023)

A inserção da nova data comemorativa na realidade ituiutabana, celebra mais uma conquista da comunidade negra nacional e local, pois movimenta as estruturas institucionais a fim de atender uma demanda específica do grupo étnicorracial.

Neste sentido, entendemos que numa questão material as estruturas se assemelham, mas numa perspectiva imaterial e simbólica esta ocupação “extemporânea” reafirma o tensionamento provocado por estas comunidades, expressas nestes grupos sociais e sobretudo de congadeiros e congadeiras.

Capítulo 4. Congadas, Diálogos e Espaços.

Como Grupos Sociais, numa perspectiva espacial das cidades, adotaremos o conceito trazido por Corrêa (1989) que nomeia “Grupos Sociais Excluídos” que no formato capitalista de produção tem pouco ou nenhum poder de transformação socioespacial. Neste texto trouxemos a Congada como parte integrante destes grupos, e para o desenvolvimento deste capítulo, após as considerações em relação à algumas formas do racismo, adotamos a metodologia do trabalho de campo.

O trabalho de campo é uma ferramenta de pesquisa que acompanha a Geografia desde sua constituição enquanto Ciência Moderna. Na Geografia Clássica, o método de estudo englobava a observação, a descrição e a explicação dos elementos naturais e humanos que compunham a paisagem de cada local. Assim, é tradição geográfica a realização de excursões e expedições para o estudo de uma determinada localidade, região ou país. O trabalho de campo, alinhado com esse novo momento da Geografia, exige a continuidade da observação e da descrição das formas, porém com uma qualidade distinta nesse procedimento. É necessário também compreender o movimento espacial e temporal presente nas relações socioespaciais. Não basta apenas observar a paisagem como uma forma visível, é necessário também compreendê-la.

. Segundo Minayo (2014) pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Dentro dessa metodologia, na perspectiva da pesquisa qualitativa descritiva, o trabalho de campo consiste em observar o local, grupos, as formas da paisagem, e registrar as informações de forma escrita, por meio de cartas e mapas, ou ainda, por meio de imagens.

Investigar um lugar ou grupo envolve a elaboração de um inventário dos elementos naturais, identificando tanto o quadro natural quanto os elementos humanos ou culturais,

porque nos oportuniza experienciar parte das dinâmicas socioespaciais da Congada através do contato direto e indireto no contexto das práticas culturais, religiosas, de leilões entre outros Azambuja (2012). Esta abordagem permite uma visão interna de parte das interações e das práticas culturais no ambiente urbano, para isso, buscamos participar de ações pontuais realizadas pelos Ternos de Congada em suas práticas cotidianas nos quartéis, nas vias públicas e na Festa da Congada. E esta aproximação com o grupo pesquisado possibilitou parte de nossas considerações baseadas na inserção do contexto da Congada.

Após contrastar informações institucionais a respeito de como se configuram as normativas do uso dos espaços públicos por intermédio da burocracia administrativa e fazer alguns apontamentos de cunho socioespacial, foi necessário o acréscimo de informações vindas daqueles que de fato produzem estes espaços. A intenção é analisar as narrativas e experiências dos Congadeiros, para entender o como eles se percebem na produção do espaço urbano capitalista de Ituiutaba-MG.

Para tanto, os diálogos foram essenciais,, estes diálogos tiveram a finalidade de analisar como parte dos congadeiros percebe-se na produção de seus territórios e territorialidades, e como eles identificam processos que oportunizam ou obstruem administrativamente a cultura da congada no espaço urbano. A intenção destas aproximações tiveram como motivação o entendimento das dinâmicas no que tange às relações de poder, reconhecimento e dimensão socioespacial e espacial dos territórios urbanos. Os diálogos partiram de análises como “espaços da Congada, um Quartel unificado dos Ternos, o que os Ternos construíram ao longo do tempo na cidade, os maiores obstáculos e dificuldades da Congada hoje, atuação dos Ternos no espaço urbano, hierarquias na congada ituiutabana”.

As aproximações tiveram como finalidade apreender as subjetividades de forma livre, ou seja, de diálogos para apontamentos simples e objetivos, derivados das acumulações individuais e coletivas, e deram mais sentido ao tipo de questionamento feito no decorrer deste trabalho. Os diálogos tiveram como um dos objetivos, analisar um possível contraste de faixa etária entre os congadeiros e congadeiras, e o foco foi absorver as noções da percepção de produção e reprodução socioespacial, relações diversas e outras nuances oriundas deste movimento. Os contatos foram feitos de modo presencial, porque para além das respostas gravadas por meio de áudio, também pude perceber e me conectar com os espaços da dimensão privada dos quartéis, casas e barracões.

O primeiro contato neste sentido, dia 02 de fevereiro de 2025, foi realizado no quartel único de dois importantes ternos, o Filhos da Luz e o Congo da Libertação. Os contatos foram parte do processo de interação social que estabelecemos durante a execução deste

trabalho, fomos recebidos no mesmo dia pela *pessoa 1*, matriarca da congada, agente cultural, mãe de terreiro, líder de terno, e produtora do notório saber. A aproximação com a *pessoa 1* foi intermediada por seu filho, a *pessoa 2*, também líder (Capitão) de Congada. a *pessoa 2*, em conversas informais, relatou que a muito tempo a *pessoa 1* não concedia entrevistas porque de modo geral as pesquisas sobre a Congada tem bases no método fenomenológico, e a perspectiva fenomenológica dos trabalhos acadêmicos não corrobora de maneira direta com a promoção e preservação dos Ternos de seu vínculo numa perspectiva institucional e capitalista.

Esta afirmação dialoga diretamente com a proposta deste trabalho, porque a *pessoa 1* anseia por uma estrutura municipal de cultura que conceda aporte financeiro para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos nas diversas dimensões dos ternos de seu vínculo, tais como trabalhos e projetos sociais, alimentação, instrumentos musicais, tecidos, transporte para apresentações externas, entre outros. Essa perspectiva reafirma um lugar social da produção da cultura afrobrasileira de modo geral, e evidencia o efeito da produção capitalista nas bases internas do movimento da Congada ituiutabana, que sofre pela ausência de recursos que garantam as condições ideais de sua atuação no espaço da cidade.

É possível identificar nos trechos respostas para as questões centrais deste trabalho, quando discutidas as territorialidades da Congada, a *pessoa 1* responde sem exitar que se configura na Praça 13 de Maio, e afirma que: “(...) *A onde todos os ternos se sentem à vontade e livres para fazer sua cultura, expor sua fé, sua religião (...)*”. Quando falamos em relação a um quartel único, ela responde que imediatamente que seria na igreja em louvor a São Benedito, e que se não houvesse essa possibilidade, que fosse nas mediações da igreja.

A Igreja de São Benedito, bem como a praça 13 de Maio representam para a *pessoa 1* a materialização espacial da cultura congadeira, pois reúne elementos que estão além das edificações, é a memória afetiva constituída dentro de suas abstrações individuais e representadas numa luta coletiva socioespacial. Dentro da mesma perspectiva socioespacial, as *pessoas 2 e 3* respondem similarmente, que um possível quartel comum deveria se estabelecer na Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, ou na Igreja de São Benedito.

A *pessoa 2*, da geração etária intermediária da Congada, traz apontamentos substanciais para a compreensão da visão congadeira para este trabalho. Quando discutido sobre quais seriam os espaços da congada no urbano, respondeu: “(...) *tirando o conforto do nosso quartél, do nosso espaço aqui, é a Praça 13 de Maio, a Igreja de São Benedito e a Fundação Zumbi dos Palmares, pra mim é o espaço. Se é nosso, já é outros quinhentos, mas eu entendo esses lugares como nosso espaço (...)*”.

As afirmações da *pessoa 2*, estão num sentido de delimitar uma tríade espacial e simbólica na cultura congadeira, a fé, a praça e a luta coletiva que materializou a fundação Zumbi dos Palmares como receptora da demanda negra ituiutabana e canalizadora e distribuidora de recursos e projetos oriundos sobretudo das dinâmicas políticas e do capital. Neste sentido, quando a *pessoa 2* é questionada em relação a um quartél para todos os ternos, responde que deveria ser na Igreja de São Benedito, e afirma:

“Na Igreja de São Benedito, porque a Igreja de São Benedito foi fundada pelos grupos de Congado, se hoje existe uma Igreja de São Benedito, e porque os grupos de congado antigo, Camisa Verde, Camisa Rosa deram o pontapé para a construção, não só de idéia, mas tirada do papel, então foi construída por eles. Então ali hoje, com toda modernidade da Igreja, espaço amplo, e até mesmo com a igreja católica tomando conta do espaço, antes da igreja católica tomar conta do espaço, tinha sido feito, idealizado e cuidado e zelado pelos congadeiros (...)” (Pessoa 2, 2025.)

A conversa seguiu no sentido de tentar interpretar se os congadeiros tem a dimensão da criação de espaços e territórios de resistência cultural, e o posicionamento da *pessoa 2* é categórico, pois ele dimensiona não apenas a noção de um recorte espacial urbano como sendo da Congada, mas a história urbana associada a uma luta étnica, tendo como resultado a cristalização de edificações, bem como da Praça 13 de Maio. Essa afirmação é extremamente relevante para pensarmos as relações de poder entre elas, que se estabelecem entre política, igreja e Congada, pois estão dadas as relações e coexistindo na materialidade e imaterialidade do movimento de cultura.

Ainda sobre as considerações da *pessoa 2*, quando construímos um diálogo sobre quais os maiores obstáculos e/ ou dificuldades da Congada hoje, ele responde que:

“(...) pra mim é financeiro e moeda de troca pra político, acho que é isso. É, assim, a Congada alvo de político porque a gente é maciço, congada não é uma única pessoa, então quando você fala de Congada você está falando de no mínimo 50 pessoas, e se você conseguir incentivar e movimentar bem, essas 50 vira 100, vira 200, vira 1000 (...)” (Pessoa 2, 2025.)

A afirmação trazida pela *pessoa 2* também dialoga com a proposta de nossas discussões, pois nomeia a dificuldade em dois aspectos principais: assédio e interferência política partidária e questões do não acesso pleno ao capital necessário para manutenção dos processos e dinâmicas do terno de seu vínculo. A *pessoa 2* complementa que:

“(...) eles usam o que a gente precisa pá nos manter no cabresto, porque a gente não é bobo, a gente é um povo que construiu sua própria igreja, construiu sua festa, construiu seu nome, né? Se hoje a Congada é tombada nacionalmente como patrimônio né? ou seja, não foi só ituiutaba que escreveu sua história por aí, então toda cidade, todas as cidades e estados que tem Congada gente fez o nosso nome, ela tem um legado desde a época da escravidão, e a gente se chegou onde chegou, literalmente com nada, ou com muito pouco, então na minha cabeça as dificuldades sempre vai ser oq o político quer, que o órgão público quer porque literalmente eles não querem nos dar esse tipo de poder e liberdade, porque se a gente tem grana, se a gente tem condição, se a gente tem livre arbítrio de decidir o que cada coisa vai ser gasta pra nós, com certeza o próximo presidente da república é congadeiro (...) a melhor maneira de limitar o poder de um preto é deixando ele com fome, foi só por isso que a escravidão funcionou (...)” (Pessoa 2, 2025.)

A *pessoa 2* alerta sobre um processo político capitalista, que segundo ele limita propositadamente o movimento de cultura, obrigando-os num processo de negociação implícita, onde as dificuldades são intencionalidades políticas partidárias para subalternizar e ou dividir o movimento congadeiro e condicioná-lo a uma dinâmica de não liberdade de escolha por falta do aporte financeiro. A *pessoa 2* faz uma importante introdução, onde afirma reconhecer sua importância a nível nacional, conhece sua história de cultura desde o cativo escravidão e dispara que se realmente livres fossem numa questão de não estarem sob monopolização política, certamente elegeriam um congadeiro como presidente da república do Brasil.

As considerações trazidas acima, fazem parte das discussões estabelecidas nos campos geográficos da forma multifacetada da produção e reprodução espacial das cidades por meio

de processos políticos partidários, capitalistas e de direcionamentos pautados em culturas e tradições brancas e eurocentradas, secundarizando por vezes formatos tradicionais de outras etnias ou grupos sociais. Para tanto, o enriquecimento deste diálogo se dá por meio outras aproximações verbais, e foram pautadas no contato de número 2, entre eles, a indagação em relação ao limites de atuação dos Ternos no espaço urbano, o foco desta construção estava a princípio numa perspectiva espacial, mas a *pessoa 2* deu uma dimensão própria à sua afirmação, e reiterou que:

“(...) se for religioso a gente tem um pouco mais de limite, que são as igrejas evangélicas por exemplo, nada contra, mas eles têm uma perspectiva diferente sobre a Congada, sobre o que a gente faz (...), (...)se for em âmbito cultural, há limites em muitos lugares, porque nem todo cidadão tá disposto ou tá feliz por ter um grupo de Congado caminhando, como vizinho, ou ensaiando perto ou passando na porta, se for em âmbito político, é, político ou público nossos limites tão dentro dos espaços que deveriam ser nossos (...)” (Pessoa 2, 2025.)

A *pessoa 2* refere-se aos espaços anteriormente citados, tais como Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, diretorias específicas ligadas aos movimentos etnicoraciais e vinculados à prefeitura municipal de Ituiutaba-MG entre outros cargos de representação social com demandas no mesmo sentido. O entrevistado faz um apontamento bastante significativo em relação ao poder estabelecido também pela academia ituiutabana, Universidade Federal de Uberlândia, e Universidade do Estado de Minas Gerais, e acrescenta que:

“(...) no âmbito acadêmico, né? se a Congada é tão importante, que, é motivo de tantas histórias TCC's, doutorados e tudo mais, se a Congada é tanto isso, uma coisa que eu pergunto, por exemplo, se eu sou base de estudo de um TCC, ou pra um doutorado, qualquer coisa universitária, porque que, por exemplo, na hora da banca, não tem um congadeiro lá pra ver se aquilo realmente é? E se falou assim: “mas não é formado”, mas estão falando da gente, tipo, como fala de mim e eu não posso sentar na mesa pra avaliar?(...)” (Pessoa 2, 2025.)

A *pessoa 2* reivindica pelos seus, o direito de ocupar a cadeira do notório saber na academia e dar o parecer a respeito da sua história contada pela boca da pesquisa de agentes externos ao movimento congadeiro, esta atitude explica a perpetuação dos mais de 70 anos de congada, o cuidado com quem conta suas histórias e sentimentos, a forma não eurocentrada de acordos e da transmissão de seus conhecimentos por afinidade de luta.

Na última discussão, a intenção era apreender diálogos, a fim de observar uma resposta dentro de uma visão hierárquica, sobre quem está acima da Congada em Ituiutaba, as *peessoas 1 e 2* exclamaram respectivamente:

“(...) tirando Deus, ninguém! tirando São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, ninguém! (...)”, e “(...) Deus, São Benedito, Nossa Senhora Do Rosário, os guias, os Orixás, o espiritual. E pessoal, pra mim, são esses! e, em âmbito também, se fosse pra dividir, a Congada, O libertação em si, tem uma hierarquia, existe a Irmandade de São Benedito que a qual a gente faz parte, então temos responsabilidade com ela, da mesma maneira que temos responsabilidade com nosso terreiro em termo da Congada, da mesma maneira que temos responsabilidade com a Igreja de São Benedito com a nossa Congada (...)” (Pessoas 1 e 2, 2025.)

Os apontamentos trazidos a esse respeito tem seu valor naquilo que configuram as imaterialidades dos congadeiros, trazendo seus orixás, suas entidades espirituais, seus santos católicos e a representação do Deus cristão, a prova do sincretismo nas estruturas internas da Congada, materializada no espaço urbano a partir da fé, da luta coletiva e por ordenamentos coletivos em relação à política partidária, cristalizando os espaços da Congada ituiutabana.

Neste sentido, o contato 3 propõe algumas reflexões a respeito do movimento que produz enquanto capitão de Terno em um outro contexto de localização espacial na cidade, também com faixa etária intermediária, reitera algumas dinâmicas sobre seu terno, e exclamou:

“(...) o terno moçambique Lua Branca, né? de Ituiutaba ele construiu projetos sociais, oficinas culturais, projetos que ensina a fazer caixas, pantangomas, gungas, que são todos instrumentos relacionado ao Moçambique, né? também ensina, né? ha, aquele, como que eu te

explico.. aquela educação né? aquela educação pras crianças, né que tem que vim de berço, que se não tiver bom na escola não vai participar da festa, que se não tiver na escola não dançar Congo, senão tiver bom na escola não vai participar das viagens.. então isso acaba que força a molecada de hoje em dia a ter mais interesse, melhor pelas escolas também!” (Pessoa 3, 2025.)

A contribuição dada neste encontro reitera um compromisso social que vai além dos ensinamentos específicos dos Ternos, é um entendimento que o processo de educação formal é de interesse da cultura congadeira de modo geral, o apoio à inserção de crianças e adolescentes nas escolas da cidade é um compromisso social firmado pela *pessoa 3* na intenção da garantia de um futuro com mais acesso capitalista no mercado de trabalho por parte dos integrantes de seu terno.

Essa perspectiva dialoga com a prática de manutenção de sua cultura, com o estabelecimento de estratégias para o enfrentamento de diversos momentos da história e como resistência aos processos capitalistas e da supervalorização dos currículos baseados na educação formal. Na sequência, pontua as maiores dificuldades da Congada que produz nos dias de hoje, sendo:

“(...) o maior obstáculo que a gente tem num todo na Congada, acaba que é o financeiro, né? O financeiro, eles acham que a verba que vem direcionada pra Congada de Ituiutaba, né? Pra fazer a festa, ela tem que ser dada só ali no mês de Maio, né? Sendo que os 12 meses a Congada tá ali dentro das escola, nas datas festivas da cidade, no 16 de Setembro, e , a Congada já tocou até no dia do Natal, que é uma data que não tem nada haver com Congada, aniversário da cidade, as vezes vem algum representante de fora, a Congada tá ali pra recepcionar, né? Então eles tem que olhar mais um pouco pro nosso lado, nosso movimento, né? cultural daqui de Ituiutaba, e vê né? os próximos presidentes, os que estão ali na frente ali, vê uma forma de montar algum projeto para que todos os Ternos aqui de Ituiutaba sejam ajudados mensalmente, pra poder ter esses gastos, ter como ajudar, porque acaba que o pessoal tira do bolso (...)” (Pessoa 3, 2025.)

A fala da *pessoa 3* faz referência à presidência da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, cargo da alta hierarquia, dedicado à representação do movimento negro ituiutabano de forma geral, e está subordinado à Prefeitura Municipal de Ituiutaba desde sua criação em 1991 a partir de um tensionamento sociopolítico e eleição de representações negras para cadeiras de vereança.

A demanda capitalista é uma realidade do Terno da *pessoa 3* também, ela entende a necessidade de um aporte de valores mensais para a manutenção de suas práticas culturais, mesmo sem indicar um valor específico. A preocupação dela está nas consequências do não incentivo, o que corrobora para que membros de seu Terno tenham que subtrair valores de suas despesas pessoais para a continuidade da Congada no movimento congadeiro de seu vínculo.

Os apontamentos dimensionam em alguma medida o que os congadeiros identificam de suas vivências imateriais e de seus próprios espaços. A dinâmica de expansão urbana capitalista, fundada em bases racistas, produziu ao longo do tempo demarcações socioespaciais incorporadas ou refutadas por grupos sociais ao longo do tempo histórico. Mesmo com apontamentos num sentido de afirmar uma total liberdade, o discurso das pessoas com as quais tive contato esbarram em alguma noção de hierarquia, ainda que seja com a igreja católica, que também teve papel fundamental na estruturação dos conceitos da moral e da exclusão de corpos não brancos da teia social do período colonial brasileiro, Vainfas (1989).

O que queremos dizer, é que, ainda que institucionalmente os Ternos de Congada possam se utilizar do espaço da cidade para suas apresentações públicas sem recusas ou problemas por parte do poder público municipal, ele, numa questão de ordem capitalista, ainda é dependente de uma estrutura política com camadas de hierarquia. Em ordem decrescente, Órgãos ou instituições de fomento e apoio de níveis Federais ou Estaduais, recursos oriundos da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, repassados por meio da Irmandade de São Benedito ou pela Fundação Municipal Zumbi dos Palmares.

Como alternativa financeira para manutenção de suas práticas cotidianas, os ternos realizam leilões, onde comidas e artesanatos produzidos pelos grupos são vendidos, normalmente estes eventos são realizados nas vias públicas ou barracões privados dos diferentes Ternos de Congada, a depender de sua estrutura individual.

E como complemento deste diálogo, trouxemos também as considerações da *pessoa 4*, como matriarca negra de Terno de Congada, e também representante numa das esferas institucionais geral destes movimentos. O contato com a *pessoa 4* teve como um dos

objetivos, o contraste de perspectivas entre as diferentes escalas da relação de poder que impactam diretamente a Congada Ituiutabana. Segundo a *peessoa 4*, quando discutido em relação ao espaço da Congada, ela afirma:

“(...) na minha opinião, a principal espaço da congada é a Igreja de São Benedito, onde foi criado, né? Há 70, 70 e tantos anos, ah, foi criada a Congada, dentro da igreja, então esse espaço na minha visão é a Irmandade de São Benedito, seguido pela praça, né? principalmente.. os quartéis, também, né? cada um no seu, né? e referência também, pra mim, hoje, é a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (...)” (Pessoa 4, 2025.)

Mais uma vez se repete a noção da territorialidade entre a tríade da cristalização negra do município de Ituiutaba, contemplando a Igreja de São Benedito, a Praça 13 de Maio e a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares. Estas afirmações fortalecem aquilo que indagamos na proposta inicial desta investigação socioespacial, onde os grupos sociais são o centro de nosso olhar e apreciação geográfica. Na sequência do contato, a *peessoa 4* afirma que a missão de seu Terno, Marinheiro de Santa Luzia, tem entre suas finalidades o resgate de canções, e de indumentárias tradicionais da congada de décadas atrás. Este resgate, é mais uma evidência da materialidade ganhando formas por meio das imaterialidades individuais e coletivas da cultura da Congada.

Para conclusão de nossas aproximações, é preciso compreender que um formato de cultura tão plural não pode ser mensurado dentro de metodologias costumeiras, os saberes tradicionais ocupam outros lugares e perspectivas no ciclo do ensinar, e que por inúmeras vezes está na contramão daquilo que dimensionamos academicamente e transmitimos no ensino regular formal. A Congada ituiutabana categoriza inúmeros conceitos da ciência geográfica, trazendo diversas possibilidades de apreensão de suas muitas realidades, seja de cultura, fé, espaço, territórios, territorialidades e outros.

O contato com a *peessoa 4* é uma reafirmação daquilo que foi apresentado por todos os outros contatos de nossos trabalhos de campo, com mais de 80 anos, a *peessoa 4* carrega entre suas experiências a vívida memória de como se constituíram os principais espaços de representação da cultura e luta das pessoas negras do município.

4.1 Imagens e Vivências da Pesquisa

As imagens trazidas para contextualização de nossas aproximações tem a finalidade de aproximar nosso trabalho da realidade cotidiana dos grupos congadeiros de Ituiutaba-MG. Como exposto em alguns momentos nos depoimentos de integrantes dos grupos, a Congada se faz durante todo o ano através das décadas, e deste modo produz outras espacialidades e outras simbologias para além do enfoque desta pesquisa, como missas, encontros não formalizados entre Ternos, socializações diversas, entre outros.

É fundamental compreender que um formato de cultura tão plural, como a Congada ituiutabana, não pode ser mensurado ou compreendido por meio de metodologias tradicionais. Os saberes e práticas associadas a essa manifestação cultural ocupam outros espaços e perspectivas dentro do ciclo do ensino, muitas vezes desafiando e até se opondo ao modelo acadêmico convencional e ao ensino formal regular. Esses saberes transcendem as categorias usualmente condicionantes, apresentando uma riqueza que não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas que envolve experiências vividas, práticas comunitárias e a própria identidade dos grupos que os preservam.

A Congada Ituiutabana, especificamente, manifesta uma profunda conexão com diversos conceitos da ciência geográfica, oferecendo inúmeras possibilidades para a análise de suas múltiplas realidades. Isso inclui, entre outros aspectos, o estudo das dimensões culturais, religiosas, espaciais, territoriais e das diversas formas de territorialidade que se entrelaçam e se expressam nessa tradição cotidiana. Ao explorar essas dimensões, a Congada não apenas revela as interações sociais e culturais de uma comunidade, mas também contribui para uma compreensão mais ampla e integrada, para tanto outras dimensões devem ser acrescidas, ampliando suas possibilidades de investigação.

As imagens disponibilizadas fazem parte das coletas de campo realizadas ao longo dos últimos 2 anos e demais imagens captadas durante importantes momentos deste formato de cultura em suas dimensões públicas ou privadas da Congada Ituiutabana.

Figura 24. Momento de devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito



(Fonte: Acervo Pessoal, 2023)

Figura 25. Momento de devoção à São Benedito



(Fonte: Acervo Pessoal, 2023)

Figura 26. Momento de devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito



(Fonte: Acervo Pessoal, 2023)

Figura 27. Momento de gravação de documentário no interior da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares



(Fonte: Acervo Pessoal, 2022)

Figura 28. Fachada da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares



(Fonte: Acervo Pessoal, 2022)

Figura 29. Reunião no interior da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares



(Fonte Acervo Pessoal, 2022)

Figura 30. Concentração Congo da Libertação



(Fonte: Acervo pessoal, 2022)

Considerações finais

Como considerações finais traremos a contextualização do alcance dos objetivos gerais e específicos deste trabalho, bem como as intercorrências durante as inúmeras análises socioespaciais individuais e coletivas.

Como objetivo geral, que se configurou em analisar relações de poder e as espacialidades produzidas no espaço urbano pelo movimento da Congada em Ituiutaba–MG, direcionamos nossas investigações ao poder institucional da produção do espaço da cidade supracitada, na busca por compreender como as relações contidas nos processos de criação e manutenção de áreas associadas a formatos de culturas étnicas são incorporadas ou excluídas no momento da criação ou execução de Leis, portarias ou normativas nesse sentido. Neste viés, entendemos que existe, por omissão um processo da não incorporação de diretrizes específicas na principal ferramenta do planejamento urbano (O Plano Diretor), o que impacta diretamente em formatos de cultura como a Congada.

Ou seja, uma vez que o Plano diretor de 1970 não aponta diretrizes para estes grupos sociais, a interpretação é autônoma nas décadas seguintes, essa autonomia não contemplou a cultura congadeira, tensionando este movimento a reivindicar a criação da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares para canalizar demandas específicas da população negra, sobretudo das culturas. Nessa sequência histórica geográfica, especificamente em 2009 alguns tombamentos da memória material e imaterial afro-brasileira se estabelecem no sentido de garantir aquilo que fora constituído por meio de luta coletiva no pós 1970. Estes tombamentos foram realizados pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba com finalidade de estreitar laços principalmente com a comunidade negra congadeira.

Como resultado desses laços capitalistas e de política partidária a criação de um aporte financeiro para que os grupos de Congada tivessem recursos suficientes para manutenção de suas apresentações públicas nas comemorações de 13 de Maio. Essas apresentações são a maior expressão da dimensão pública da Congada Ituiutabana, e como resultado destes incentivos financeiros pudemos ter a dimensão em alguma medida da opinião de alguns capitães e matriarcas dos Ternos no Capítulo 4 deste trabalho. A Congada expressa, na visão deste estudo, uma relação de subalternização capitalista e administrativa e espacial (em suas dimensões públicas) às diversas gestões públicas atuantes ao longo do tempo histórico de Ituiutaba, e uma relação de ampla liberdade interna em relação a diversidade de seus conhecimentos e saberes não brancos e tradicionais de suas culturas geracionais.

Como objetivos específicos, trouxemos três principais indagações, sendo: Discutir as dinâmicas espaciais e históricas da Congada em Ituiutaba o que realizamos a partir de dois eixos principais, a análise de bibliografias formais, como dissertações e teses existentes nos repositórios institucionais das universidades onde o fenômeno ocorre, sendo a Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade do Estado de Minas Gerais, com bibliografias de apoio com autores que discutem a Congada em alguma de suas principais dimensões dentro ou fora do Estado de Minas Gerais, principalmente bibliografias goianas, onde o fenômeno da Congada acontece em alguma escala de representação significativa.

Neste sentido, também nos apoiamos nos registros da Fundação Cultural da Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG para entender algumas particularidades da congada tijucana, bem como o aporte organizacional de documentos como ATA's, comunicados, normativas e portarias neste sentido. Ainda em relação às particularidades da Congada local, realizamos 6 visitas e produzimos um relatório de campo com subcapítulo de imagens para complementar os conhecimentos obtidos nesta pesquisa e ainda despertar outros questionamentos, mesmo que não estejam respondidos neste trabalho.

Como objetivo específico, também trouxemos as considerações a respeito da identificação e mapeamento dos Ternos de Congada, bem como parte de suas dinâmicas socioespaciais em Ituiutaba-MG. A identificação dos Ternos foi feita a partir de documentos de registro fornecidos pela Fundação Cultural da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, contendo ano de fundação, Capitães, matriarcas e um breve resumo de como foram os surgimentos dessas instituições num contexto individual e familiar. Estas informações foram disponibilizadas ao longo do texto, além da criação de um quadro síntese para melhor apreciação destas informações.

O mapeamento dos ternos foi extraído de uma pesquisa recém desenvolvida (2023) pelo curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, e sua finalidade neste contexto é de trazer alguma dimensão espacial ao leitor, bem como a distribuição dos Ternos na malha urbana da cidade em questão. O mapeamento nos permite, durante as discussões, uma contextualização das realidades espaciais individuais e coletivas da cultura congadeira. Como observado, alguns Ternos ocupam localidades consideradas centrais, enquanto outros Ternos ocupam as periferias do centro urbano comercial. Essa discrepância tem alguns fatores como protagonistas, principalmente o Programa “Minha Casa Minha Vida” que garantiu a parte da população moradias com custo mensal de parcelas inferior à média de aluguéis residenciais ou comerciais nas áreas centrais, e isso gerou uma descentralização de alguns Ternos que ocupavam áreas centrais, e como resultado, a ocupação em áreas periféricas.

Como objetivo 3, analisar as relações de poder estabelecidas em Ituiutaba–MG com foco na expressão cultural da Congada, analisamos o poder das institucionalidades estabelecidas num sentido de assegurar as demandas espaciais congadeiras por meio de Leis, portarias e diretrizes, ou não garantir por omissão nos meios institucionais. Como resultado destas investigações constituímos algumas discussões, onde foram analisados as principais ferramentas do planejamento urbano, O Plano Diretor de 1970, e a Lei Complementar 153 de 2018, Dentro desta perspectiva, entendemos que o Plano Diretor urbano de 1970, não garante a autonomia da Congada por omissão destas perspectivas em seu corpo textual, ele apenas garante espacialidades à cultura de modo geral, o que provavelmente garantiu apenas formatos que em alguma medida tinham alguma estrutura financeira. O plano tem uma preocupação central em sanear, organizar e embelezar. Este processo de embelezamento varia entre fachadas de prédios públicos e residências, mas não menciona garantias a grupos tradicionais de nenhuma espécie.

Dentro das relações de poder tentamos apreender aquilo que os congadeiros instituem como poder, ou seja a política partidária e a demanda capitalista oriunda deste poder. O que pudemos dimensionar é que alguma medida o poder público ao longo da história administrativa de Ituiutaba-MG estabeleceu com a Congada uma relação de trocas políticas implícitas, onde a Congada é reconhecida administrativamente como aquilo que pode ofertar dentro desse universo de poder. Quanto ao poder de decisões internas, a Congada mantém parte significativa de suas hierarquias, onde o mais velho (numa questão etária) ainda detém do maior conhecimento e por tanto direciona as ações individuais e coletivas dos Ternos de Congada.

Como intercorrências do processo investigativo, tivemos na maioria dos contatos uma resistência no estabelecimento de diálogos claros em relação às estruturas que atravessam a congada, bem como a Igreja e o poder público. A noção do respeito que as gerações intermediárias da Congada mantém com seus Capitães e Matriarcas ainda é um forte vínculo, e qualquer queixa ou denúncia caracteriza um desrespeito aos acordos e formas estabelecidas para a manutenção desta cultura em sua dimensão pública.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_fe_minismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. Metodologias cooperativas para ensinar e aprender Geografia. In: CALLAI, Helena Copetti (org.). *Educação geográfica: reflexões e práticas*. Ijuí: UNIJUÍ, 2011. p. 185–210.

BAITZ, Ricardo. *Análise da Festa de São Benedito: movimentos sociais e religiosidade*. Campinas: Alínea, 2006.

BRASIL. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASILEIRO, Jeremias. *Movimento Congadeiro no Alto Paranaíba: identidade e resistência cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Processos espaciais e a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trabalho de campo e globalização*. Florianópolis: UFSC, 1996.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro et al. (org.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: ULBRA; UFRGS, 2008. p. 19–36.

ITUIUTABA (MG). *Lei nº 153, de 13 de julho de 2018*. Institui a Revisão do Plano Diretor Integrado do Município de Ituiutaba e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Ituiutaba, 2018.

KATRIB, Cairo. *Cultura e religiosidade afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RATTS, Alex Ribeiro. *Dinâmicas culturais e espaciais da Congada*. São Paulo: EdUSP, 2014.

RATTS, Alex Ribeiro. *Episteme afro-brasileira: perspectivas decoloniais*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SLAVE VOYAGES. *Portal SlaveVoyages*, 2021. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 15 set. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros e educação infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; BRANDÃO, Ana Paula (org.). *Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. (Coleção A Cor da Cultura, v. 5).

VARGAS, Heliana. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 1995.